

Jenny Marx. vítima do diabo?

Jenny Marx, ou a Mulher do Diabo

GIROUD Françoise (trad. de Christina Cabo)

Rio de Janeiro Record 1996 236 p

Françoise Giroud conhecida jornalista e ex secretária de Estado para assuntos femininos num período de governo de direita na França (1971-74) escolheu um tema dos mais interessantes para escrever um livro a vida de Jenny von Westphalen Marx casada com Karl Marx por 38 anos depois de sete de noivado

Trata-se de uma crônica sobre a tragédia da vida privada da família Marx leitura leve e agradável da penarônica e impressionista de uma jornalista competente que sabe contar a sua versão de uma história prendendo a atenção até a última linha. Numa carta Marx observou a Engels que não há bobagem maior para as pessoas com aspirações diversas que se casar e assim se vender a essas pequenas misérias da vida doméstica e privada (p. 137). São justamente essas pequenas misérias que são exploradas por Giroud. Mas elas não impediram Marx de escrever ao amigo que Jenny foi a melhor parte de minha vida (p. 216).

O livro contudo decepciona quem esperava uma pesquisa aprofundada objetiva com análise exaustiva de documentos em busca de fatos novos e interpretações que permitissem melhor compreender a vida de Jenny e de seus familiares nos seus aspectos psicológicos sociais e políticos. Decididamente não estamos diante de uma obra acadêmica no melhor sentido do termo. Aliás a própria autora não se propôs a isso.

Mesmo assim o texto tem os ingredientes que permitem antever o sucesso de vendas não exige esforço de leitura expõe detalhes sobre a intimidade de celebridades segredos de

polichinelo conhecidos ao menos desde a década de 60 engrossando com descrição e estilo a onda conservadora dos anos 90 numa publicação formalmente correta feita por uma editora de *best sellers*. So uma coisa talvez atraia as vendas parece que os consumidores estão meio enjoados de ouvir falar - mesmo que mal - de socialismo Marx mulher militante e outras coisas supostamente ultrapassadas.

Do ponto de vista de uma resenha para uma revista de estudos feministas a primeira surpresa num livro escrito por uma mulher sobre outra e que o personagem principal abordado não é Jenny mas Karl Marx. Ora seria de se esperar um trabalho que não tomasse a mulher como mero apêndice do marido por mais famoso e importante que ele tenha sido. No entanto obcecada pela aversão a Marx a autora caiu nessa armadilha. O subtítulo do livro e revelador a mulher do diabo. O que poderia parecer mera ironia e a expressão da opinião de Giroud para quem Marx foi literalmente um demônio manipulador das pessoas ao seu redor que não obstante o veneravam Jenny aparece como vítima voluntária da inteligência e da sedução desse gênio do mal. A autora fica devendo uma exposição de Jenny como agente histórico e ser humano com suas dores angústias alegrias e realizações próprias uma personalidade forte e lutadora que a vitimização que lhe é atribuída só faz desmerecer. Quanto a Karl Marx as palavras de Engels no leito de morte são significativas. Ela (Tussy) quer fazer de seu pai um ídolo. Ele não é (p. 223). Nem o ídolo nem o deus em que foi convertido por certas correntes do marxismo. Mas tampouco o diabo que Giroud pinta numa visão que é o reverso da medalha do endeuamento de Marx.

O livro está repleto de breves comentários dispensáveis e moralistas como por exemplo ao constatar que Bakunin considerava Marx vaidoso arrogante e malevoloso a autora acrescenta de punho próprio o que é incontestável (p. 62) ao citar uma carta do tenente prussiano

Techow que acusa Marx de ser uma consideração pelos aristocratas autênticos ela observa que clarividente esse Techow” (p 145) Outros exemplos o querido Marx não resiste a uma condessa” (p 154) “olha a família de férias em Ramsgate a beira-mar a custa de Lassalle” (p 158) Jenny “não imagina o tipo de pesadelo que ele (o livro *O capital*) fara mais tarde pesar sobre o mundo” (p 161) não é encantadora essa imagem de Marx fazendo frutificar prudentemente sua herança na bolsa de Londres?” (p 168) os Marx vivem no interior de um sistema mental que mais tarde foi muito dominante e que poderíamos resumir assim nos encarnamos a virtude e a saúde do proletariado então a nos tudo e permitido” (p 168) Esse tipo de comentário - misto de ironia preconceito e ligeireza de quem se arvora em julgar moralmente e uma constante no livro constituindo se em seu problema mais grave. Dentre as dezenas que podem ser selecionadas fiquemos so com mais essa perla do senso comum voltada não so contra Marx “Jenny ignora que todos os homens sejam governados pelo sexo. Que mulher esta disposta a admitir isso?” (p 122)

Uma serie de indagações sobre Jenny fica sem resposta o livro dá noticia de uma ou outra publicação dela mas não apresenta a analise do conteúdo de seus escritos e das eventuais contribuições que possam ter dado indica se que ela foi uma secretaria eficiente e primeira leitora dos trabalhos de Marx que ouvia suas opiniões mas não se revelam eventuais discórdâncias ou pistas que seus pontos de vista poderiam ter sugerido a obra do marido sabe se que Jenny deu abrigo a inumeros exilados e acolheu em casa varias reuniões revolucionarias das quais participou mas não se esclarece bem sua atividade militante seguramente ela não era do tipo que so escuta e exerce tarefas subalternas

Esses e outros aspectos da vida de Jenny poderiam ter sido aprofundados se a autora estivesse menos propensa a vê la como vitima voluntaria do marido que acaba virando o eixo da historia São especialmente ressaltados o fato de Marx recusar se a encontrar empregos fixos - que o impediriam de produzir sua obra e a constante busca de recursos para sustentar a família junto a amigos parentes espera de heranças etc “Sua vida sera uma jornada atras de uma caça fugidia o dinheiro () a falta de dinheiro e o centro de sua correspondência e de sua existência” (p 14 15) Marx é apresentado como esbanjador calculista interesseiro mal agradecido com a solidariedade alheia orgulhoso insensível e outras caracteristicas de um

ser autocentrado e arrogante. À revelia da autora o proprio livro da elementos para quem quiser ver que essa e uma visão muito unilateral da personalidade e da vida de Marx

Apesar de tudo vale a pena ler o livro pois abstraindo se os juizos de valor da autora a historia que narra traz em si mesma sua força Jenny e Karl Marx eram vizinhos em Trier na Alemanha conheceram se desde pequenos ela quatro anos mais velha que ele Era a moça mais bonita e cobiçada da cidade quando seu futuro marido não passava de um garoto As duas famílias eram amigas ate pela proximidade de ideais liberais de Ludwig von Westphalen e Heinrich Marx o primeiro funcionario publico de origem aristocratica o segundo um advogado judeu convertido ao protestantismo por conveniência profissional

Inteligência viva formada pelas discussões intelectualizadas do pai e de seu circulo de amizades Jenny não se encantava pelo espirito limitado de seus diversos e ricos pretendentes Aproximou se das ideias românticas de revolução que marcaram sua geração de jovens alemães Aos 22 anos no auge do esplendor Jenny reencontrou Karl apos uma estada dele em Bonn onde cursava a Universidade Apaixonaram se ficaram noivos por sete anos antes de se casarem A demora deveu se aos prolongados estudos de Karl fora de Trier bem como a sua dificuldade para encontrar emprego dadas suas ideias radicais

Apesar de amigas as duas famílias tinham condições sociais diferentes o que dificultava o noivado O velho liberal Ludwig von Westphalen mentor intelectual de Karl que o via como um pai acabou acertando o compromisso bem como Heinrich Marx Com as mortes deles aumentaram as resistências ao casamento sobretudo por parte do melo irmão mais velho de Jenny o conservador Ferdinand que vinha a tornar se ministro de Estado Mas o casamento ja era inevitavel pois o laço espiritual convertera se em união carnal aos 25 anos de Jenny e 21 de Karl Foram mais quatro anos de espera ate as bodas em cerimônias discretas em que Jenny vestiu se de verde a cor de seus olhos Ela sem dote ele sem emprego fixo iniciaram a vida em comum longa e movimentada marcada pela beleza e pela tragedia

Em 1843 foram morar em Paris onde Marx dirigiu uma revista o *Anuario Franco Alemão* Frequentavam ambientes revolucionarios e intelectualizados travando amizade com importantes personalidades como o poeta Heinrich Heine La conheceram Proudhon e Bakunin

Nessa época também teve início a amizade com Engels, íntimo da família por toda a vida. Em 1845, por pressão política prussiana, Marx foi expulso de Paris, que viria a nascer sua filha mais velha, Jenny, para no mundo seis crianças em doze anos. Perdera três. Encontra-se então na média das mulheres de sua geração, eternamente grávidas, frequentemente desoladas porque uma pleurisia ou uma difteria levaram um pobre pequeno" (p. 82).

Mudaram-se para a Bélgica, onde viveram três anos. Lá passaram a contar com a ajuda da governanta Helena Demuth, conhecida como Lenchen, que os seguiu fielmente por toda a vida. Nesses anos, Jenny acompanhou a produção de muitas obras de Marx e Engels, como o *Manifesto do Partido Comunista*. Após a revolução francesa de 1848, retornaram a Paris e daí para a Alemanha, onde se envolveram em episódios revolucionários, cuja derrota obrigou-os novamente ao exílio. Próxima e definitiva parada: Londres.

Nos primeiros anos em Londres, Jenny e Karl chegaram ao fundo do poço, vivendo precariamente, acossados por credores, conheceram a miséria. Lá perderam um filho de oito anos, dentre outras desgraças, como o nascimento de um filho ilegítimo de Marx com a empregada Lenchen, episódio muito explorado pela autora, que não perdona o pai da criança, a qual acabou adotada por uma terceira família, com a paternidade assumida por Engels. Os detalhes factuais desse episódio não são bem conhecidos, dando margem a todo tipo de conjecturas. O que se sabe é que, ao fim e ao cabo, Jenny sentiu o golpe, mas não rompeu com o marido e continuou amiga de Lenchen, que permaneceu na família, na qual gozava de ampla consideração, inclusive de Marx, que jogava xadrez com ela e ouvia sua opinião sobre a política do partido (p. 121).

Uma colaboração regular com o importante jornal norte-americano *New York Daily Tribune*, que duraria cerca de dez anos, além do recebimento sucessivo de uma série de heranças, inclusive a da mãe de Marx, com quem ele jamais se entendeu, e contribuições de Engels

e outros admiradores, acabaram tirando a família da situação de penúria. Enquanto isso, Marx dava seguimento à sua obra, sempre secretariado por Jenny. Escreveu *O Capital* e participou da criação da I Internacional. Jenny e o marido acompanharam os acontecimentos da Comuna de Paris, logo derrotada. As três filhas do casal cresceram, casaram, sofreram, tiveram e perderam filhos, continuando a tragicomédia humana dos Marx. Em dezembro de 1881, Jenny morreu de câncer. Desolado e doente, Karl acompanhou pouco mais de um ano depois.

Em suma, a força do livro está na própria história narrada. Ele poderia ser bem melhor se estivesse mais preocupado em compreender as contradições de Jenny e sua família, do que em assumir o papel de julgar seus personagens, cuja densidade humana não obstante aflora e sobrepõe-se aos julgamentos de Françoise Giroud. O livro termina com o seguinte fecho de ouro, que diz tudo sobre a postura da autora: Jenny von Westphalen, criatura de amor e de fé, foi sua (do socialismo científico de Karl Marx) primeira e voluntária vítima (p. 228). A própria narrativa traz os elementos para contestar essa conclusão: longe de vítima voluntária, Jenny foi uma mulher ousada, inteligente, militante, construtora de seu destino, que se opôs conscientemente à vida confortável e insípida que sua condição social lhe prometia. Ela sentiu na carne as glórias e as misérias da condição feminina num certo momento histórico, que ajudou a constituir, assim como as filhas, marcadas pelas mais diversas contradições pessoais e sociais.

Tussy, a caçula, faria o seguinte comentário ao ver Marx no leito de morte de Jenny: "os dois parecem jovens apaixonados e não um velho devastado pela doença e uma mulher moribunda que se despedem um do outro" (p. 215). Essa expressão mútua de ternura, compreensão e amor, após uma longa e atribulada vida em comum, revela mais do que qualquer julgamento moral que se possa fazer sobre essas duas pessoas que marcaram e viveram seu tempo.

MARCELO RIDENTI ■

A sacralidade da vida e o aborto: idéias (in)conciliáveis?

Life's Dominion, an Argument about Abortion, Euthanasia, and Individual Freedom

DWORKIN Ronald

Nova Iorque Vintage Books 1994

O título acima parece expressar um absurdo inquestionável. Entretanto, o livro do grande jurista Ronald Dworkin¹ representa um exemplo concreto de como um hino à sacralidade da vida pode ser uma argumentação favorável à livre decisão da mulher em relação ao aborto.

O que pretendo com esta resenha?

Absolutamente fascinada pela coragem e brilhantismo de Dworkin — um dos mais destacados juristas de nossa época — ao lidar com temas tão fundamentais e definitivos para o ser humano, foi com uma espécie de deslumbramento que ao ler suas intrincadas páginas fui descobrindo paulatinamente o seu pensamento a respeito da questão do aborto. Importa esclarecer que esta descoberta e como que o resultado de um esforço interpretativo enquanto leitora crítica, pois o estilo do autor prima por apresentar um conjunto de argumentos e contra-argumentos sempre na terceira pessoa.

Este deslumbramento se explica por dois motivos dentre outros:

A par de ser um texto literariamente magnífico, representa o empenho de um homem jurista de formação liberal em trabalhar um tema complexo e difícil que tem dividido a opinião pública mundial. Sua voz independente, desvinculada de instituições religiosas e do movimento feminista, não apenas representa uma posição pouco presente/inusual nesta enregessada arena de debates, mas o esforço criativo de alguém que porguardar uma certa distância *un certain recul*, que os franceses sempre entenderam ser essencial a uma boa análise e capaz de trazer luzes ao empedernido embate.

¹ Ronald Dworkin é Professor de Direito na Universidade de Nova Iorque e de Jurisprudência na Universidade de Oxford.

O autor espera que o livro sirva como exemplo de um gênero ora esquecido: um ensaio argumentativo que enfrenta questões teóricas mas que começa e permanece orientado por uma temática moral de importância prática e política.

É claro que pode parecer estranho especialmente para nós do movimento de mulheres que um livro sobre aborto e eutanásia escrito por um homem jurista de posicionamentos liberais possa trazer argumentos que contribuam para nossa luta pela legalização do aborto.

A junção de dois temas tão difíceis poderia no entender de alguns mais atrapalhar do que ajudar movimentos de política jurídica. Entretanto, e acreditando na necessidade da superação do impasse advindo de uma pseudo-polarização entre correntes pro-vida e anti-vida, que julgo valioso trazer ao debate este estudo. Estudo este que não nega a nenhum dos dois lados muito pelo contrário, a possibilidade de estarem ambos lutando por algo que tem subjacente a ideia de sacralidade e inviolabilidade da vida. Esta crença do autor é que o leva a admitir que este tipo de entendimento criaria condições de maior tolerância entre os defensores de opiniões opostas e assim sendo de um convívio mais civilizado e respeitador das liberdades individuais.

Menos do que uma resenha de seu livro, no sentido de apresentar um relato minucioso que possa passar ao leitor uma ideia mais aproximada de sua obra, o que farei a seguir e ressaltar algumas das ideias expostas que me pareceram ser inovadoras e valiosas ao debate sobre o aborto.

O conceito de aborto significa basicamente matar deliberadamente um embrião humano em via de desenvolvimento. Portanto trata-se de uma complexa questão moral, social, existencial e intrincada sobre a vida e a morte.

O aborto, assim como a eutanásia, passa pela escolha da vida e da morte. Talvez fosse o caso de se perguntar: escolha de que vida? Escolha de que morte? Escolha de que morte/vida?

Por isso mesmo, essa escolha tem sido condenada e defendida por milênios. Mas segundo Dworkin, nunca houve argumentos tão apaixonados, tão abertos, ainda que tão divi-

dados como atualmente nos Estados Unidos e na Europa

A seu vez, a guerra entre os grupos anti-aborto e seus oponentes é uma nova versão americana da terrível guerra civil de religiões na Europa dos seiscentos. Na América a religiosidade se mescla de uma forma explosiva ao movimento progressista de mulheres que visa a emancipação feminina das concepções religiosas tradicionais quanto às suas responsabilidades e sexualidade.

Marco histórico é o caso *Roe v. Wade* de 1973. A Corte Suprema declarou inconstitucional (7 votos a 2) a lei sobre o aborto no Texas que o considerava um crime exceto quando praticado para salvar a vida da mãe. Afirmou ser inconstitucional a lei de qualquer Estado que proibisse o aborto para proteger o feto nos primeiros dois trimestres de gravidez.

Em 1992 a Corte Suprema se pronunciou sobre o caso *Planned Parenthood of Southeastern Pennsylvania v. Casey* apoiando a tese central de *Roe v. Wade*. A decisão ainda corre perigo.

Recentemente foram lançados vários livros buscando uma **base comum** para essa questão, mas isto parece algo surrealista. Enquanto uns pensam que o feto humano já seja um sujeito moral desde o momento da concepção, outros pensam que um feto apenas concebido é um mero conjunto de células sob a direção não de um cérebro, mas apenas de um código genético, não ainda uma criança, assim como um ovo recém fertilizado ainda não é uma galinha.

Deve ser dada atenção especial à ambiguidade da tese apresentada segundo a qual a vida humana se inicia com a concepção e o feto é desde então uma pessoa.

Esta afirmação não nos permite vislumbrar se se embasa

1) na tese segundo a qual o feto já possui interesses e direitos próprios desde a concepção ou 2) na tese segundo a qual o feto desde o momento da concepção encarna uma forma de vida humana que é sacra, tese que não implica que o feto tenha interesses próprios. Como se pode ver, essa ambiguidade é bastante complexa. Importa portanto compreendê-la.

A vida humana se inicia com a concepção?

Os cientistas divergem sobre o momento exato no qual se inicia a vida biológica de qualquer animal, mas parece inegável que um ovulo humano fecundado seja um organismo

vivo identificável pelo menos a partir de seu implante no útero, o que ocorre aproximadamente 14 dias após sua concepção. É entretanto inegável que as células que compõem um embrião implantado já contêm o código biológico que governará o seu sucessivo desenvolvimento físico.

A insistência no sentido de que um feto é um ser humano por parte daqueles que se opõem ao aborto pode simplesmente ter a intenção de indicar este inegável fato biológico.

Deste fato não se segue que um feto tenha direitos ou interesses tais que façam com que o governo possa ter a responsabilidade de protegê-lo. Esta é uma questão ulterior de natureza moral, mais do que biológica.

Também não se segue que um feto já encarna um valor intrínseco tal que o governo possa ter a responsabilidade independente de salvaguardá-lo. Esta também é uma questão ulterior e em grande parte de natureza moral, tanto quanto biológica.

Questão de maneira demasiadamente ambígua para ser útil

O feto ser ou não ser um ser humano desde a concepção ou em qualquer outro momento sucessivo da gravidez é muito ambíguo para ser útil.

Questões cruciais dependem dos problemas morais conforme Dworkin e devem ser consideradas de modo direto e não ambíguo.

Em qual momento uma criatura adquire interesses e direitos?

Quando e que a vida de uma criatura humana encarna valor intrínseco e com quais consequências?

Para responder a estas questões cruciais não é necessário decidir se um feto é um ser humano desde a concepção ou quando se toma ou ainda se o processo é gradual ou súbito.

É o feto uma pessoa?

Para Dworkin trata-se de questão ainda mais insidiosa porque o termo **pessoa** possui grande variedade de usos e significados que podem facilmente confundir-se.

Esta questão deve ser deixada de lado não porque não possa encontrar resposta ou porque esta seja de natureza metafísica. Mas porque é **muito ambígua para ser útil**.

Questões que devem ser colocadas porque úteis

Devem ser colocadas as questões morais fundamentais já mencionadas: o feto tem inte

resses que devem ser protegidos pelo direito inclusive o direito a vida? A vida do feto deve ser tratada como sacra tenha ou não o feto interesses?

Estas são as questões que contam

O autor usa o termo pessoa em sentido pratico e indaga se o feto e pessoa constitucional Neste caso questiona Dworkin a Constituição da a ele direitos iguais aos das crianças e aos dos adultos?

Ha portanto as seguintes controversias a serem tratadas

1º) se o feto tem duas características relevantes **interesses** - inclusive o de continuar vivo e **direitos** - a proteção a tais interesses

2º) se o aborto **emoralmente equivocado** não porque seja incorreto ou injusto contra alguém mas porque nega e ofende a sacralidade e inviolabilidade da vida humana

Para quase todos liberais e conservadores grupos e individuos catolicos e feministas na verdade a discussão sobre o aborto e do segundo tipo

E uma discussão sobre **como** e **porque** a vida humana tem um valor intrinseco e sobre o que isto implica para as decisões pessoais e politicas sobre o aborto

Tomar consciência deste fato esclarece o debate e também contradiz conclusões pessimistas no sentido de que a discussão e irrelevante e/ou infrutifera

Valor intrinseco

O **sacro** tanto sob a interpretação convencional religiosa quanto sob a interpretação laica assume o aspecto do inviolavel

Dworkin afirma que a vida humana não so tem valor intrinseco mas e sacra Em seu entender a maior parte das pessoas aceita a sacralidade da vida mas diverge de formas complicadas sobre quais são as implicações com referência ao aborto

A questão do aborto e um problema universal de moralidade politica Cada comunidade de devera considerar os valores intrinsecos tanto em casos de decisões coletivas quanto de escolhas individuais

A ideia de que a nossa vida tem um valor intrinseco e inviolavel ao mesmo tempo nos une e nos divide de uma maneira profunda e coerente - porque a concepção propria de uma pessoa sobre o que esta ideia significa irradia se atraves de toda a sua vida

Embora Dworkin enfatize a dicotomia conservadores/liberais ele mesmo admite que se

trata de uma **classificação de certo modo arbitrária**

Alguns catolicos conservadores chegam a admitir uma separação entre a Igreja e o Estado outros admitem a noção de privacidade e liberdade Portanto ha conservadores de certo modo tolerantes Ha ate aqueles que admitem algumas exceções a proibição do aborto como o caso em que a mãe corre risco de vida o caso de anomalia fetal grave e mesmo outros

Não ha duvida entretanto que ha os radicais

Quanto mais exceções os conservadores admitem mais torna se claro que eles de fato não pressupõem que o feto seja uma pessoa com direito a vida

Por sua vez, a tese liberal não pressupõe simplesmente a negação de que o feto seja uma pessoa com direito a vida Pressupõe que estão em jogo outros valores importantes Inclui a maior parte das pessoas que se consideram liberais a proposito do aborto sustenta tese moderada e complexa

Vale repetir pois assim procede o proprio autor ao longo de seu estudo que a **tese central do trabalho** e a de que o debate sobre o aborto se da em relação ao intrinseco valor da vida humana e não sobre os direitos e interesses do feto Em seguida o autor aponta algumas ideias relevantes sobre o tema de religiões tradicionais e do movimento de mulheres a seu ver os dois grandes polos em oposição neste debate

O **movimento anti abortista** conduzido por grupos religiosos usa linguagem religiosa e com frequência invoca Deus Os **catolicos** têm a liderança Grande parte dos argumentos religiosos não se baseia na ideia de que o feto e uma pessoa com direitos A base e outra cada vida humana tem um valor intrinseco e sagrado que se deve buscar não sacrificar Sempre e sugerido ou afirmado que este valor sagrado e intrinseco tem uma origem particular a vida humana e considerada como a suprema criação de Deus

No **judaismo** ha duas vertentes principais uma rigorosa tradição que so admite exceção para salvar a vida da mãe sua saúde ou bem estar pessoal e outra corrente bem mais liberal que admite varias outras exceções

Atualmente a condenação do aborto especifica da Igreja Catolica e um contra exemplo da tese principal desenvolvida por Dworkin e esta exposta na Instrução A Respeito Da Vida Humana Nascente E A Dignidade Da Procriação publicada em 1987 pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé do Vaticano com o consenso do Papa Cada ser humano tem

direito a vida e a integridade física desde o momento da concepção até a morte

Ressaltando o autor que essa posição e de pouco mais de um século e não é aceita parece pela maioria dos americanos refere-se a tese de Gary Willis a maior parte dos católicos chegou a conclusão de que os chefes religiosos perdem a luz da razão quando se trata de questões de sexo

No Brasil pesquisa encomendada pela Comissão de Cidadania e Reprodução a Datafolha e realizada em julho de 1994 corrobora esta tese

Foram entrevistadas 2 074 pessoas entre católicos praticantes e não praticantes nas capitais de São Paulo Distrito Federal Recife e Para. Aos entrevistados foi feita a seguinte pergunta: Quando você toma decisões sobre questões de reprodução você segue a orientação de padres e pastores ou não?

A essa pergunta foram dadas as seguintes respostas:

Por parte dos católicos praticantes

- 11% seguem

- 8% seguem em parte

81% não seguem

Por parte dos católicos não praticantes

- 3% seguem

- 3% seguem em parte

- 94% não seguem

Referindo-se ao **feminismo** o autor afirma que os argumentos e estudos feministas não estão fundados apenas sobre a negação de que o feto é uma pessoa ou sobre a tese de que o aborto seria moralmente lícito mesmo se o feto fosse uma pessoa. Mas também sobre aquela posição positiva que reconhece o valor intrínseco à vida humana.

Salienta que há importantes diferenças no interior do movimento feminista em relação a vários temas, havendo inclusive feministas "pro-vida".

Catherine Mackinnon, famosa jurista da Universidade de Michigan, sustenta que o argumento do direito à privacidade pressupõe aquilo que ela considera uma distinção falaciosa entre questões que seriam em princípio de **esfera privada** como as relações sexuais e as decisões do casal, que o Estado não deveria tentar regular ou intervir, e as questões de **esfera pública** como as políticas econômica, externa, sanitária, sobre as quais o Estado deve obviamente legislar.

Mackinnon entende que esta distinção é equivocada e perigosa para as mulheres e apresenta duas ordens de consideração. A primeira

no sentido de que tratar o sexo como uma questão privada implicaria em o Estado não ter interesse legítimo em relação ao que ocorre com a mulher no leito conjugal, onde podem ser vítimas de violências físicas e sexuais. A segunda consideração é no sentido de que pareceria implicar que o Estado não tem nenhuma responsabilidade de contribuir economicamente para o aborto das mulheres indigentes, assim como contribuir para sustentar economicamente o nascimento de seus filhos.

Dworkin, contra-argumentando, Catherine Mackinnon afirma:

1) o direito à privacidade não presume que as mulheres são livres em suas decisões sexuais ao contrário e concordando com o fato de que existe a submissão referida por Mackinnon, que Dworkin considera importante, que a Suprema Corte garanta a mulher um direito ao controle do uso do próprio corpo.

2) a privacidade tem dois sentidos: o territorial e o de confidencialidade. Há também um terceiro sentido de soberania sobre decisões pessoais particulares específicas. O autor vai ainda além quando admite que o reconhecimento desse direito constitucional à mulher de determinar como seu corpo deve ser usado e um pré-requisito e não uma barreira para futuras demandas. Alias, a garantia por parte do governo a essas demandas e condição para que o direito constitucional não seja meramente ilusório.

3) há um argumento de Mackinnon e outros feministas que Dworkin entende bastante cogente: sustentar a fundamentação constitucional da privacidade para o aborto torna a gravidez similar a outras situações muito diferentes desta que é **única**. Cita a poeta Adrienne Rich em relação à unicidade e à especialidade da gravidez, onde ela diz algo como: "a criança que eu carregue dentro de mim por nove meses não pode ser definida nem como eu, nem como não eu".

Dworkin admite que ignorar a **unicidade** da relação entre a mulher grávida e o feto e negligenciar a perspectiva materna assimilação desta situação a várias outras, o que de certa forma pode ser entendido dentro da tese da privacidade, torna obscuro o papel criativo da mulher durante a gravidez.

Dworkin entende enquanto **tese feminista** mais peculiar e fundamental, o fato de a subordinação sexual da mulher dever ser posta no centro do debate sobre o aborto. Este fato é extremamente significativo pois poucos lamentavelmente são os homens que manifestam posição neste sentido.

Trabalhando ainda com ideias de Mackinnon Dworkin salienta outro argumento que ele considera potente a importância intrínseca de uma nova vida humana pode bem depender do significado e da liberdade do ato que a criou

Comentando este argumento Dworkin diz que a gravidez e muito frequentemente o resultado não da capacidade criativa mas de uma subordinação não criativa e que também os custos da gravidez e da educação dos filhos são iniquamente distribuídos

Destacando a relevância dos argumentos feministas Dworkin cita Robbin West que insiste no fato de que o feto é uma criatura que tem importância moral e ressalta a responsabilidade da mulher em tomar decisões complexas cuja valoração cabe a ela

Dworkin insiste quanto a sua tese central a maior parte das pessoas reconhece mesmo quando sua retórica a isso se opõe que o argumento real contra o aborto se define pela irresponsabilidade de destruir a vida humana **sem uma justificação de importância apropriada**

Carol Gilligan realizou uma pesquisa que é analisada por Dworkin Nesta os sujeitos pesquisados mulheres que haviam realizado o aborto se interrogavam em termos de responsabilidades As vezes de responsabilidade em relação a criança entendendo a enquanto hipotética futura criança e não em relação ao embrião existente queriam dizer que seria incorreto ter uma criança da qual não se poderia cuidar de modo apropriado

Quando a fala sobre a responsabilidade era em relação a elas próprias não manifestaram preocupação com o seu prazer ou desejos imediatos mas a responsabilidade de fazer de suas vidas algo com sentido

A pesquisa induz a conclusão de que as mulheres que se encontram face a difíceis decisões morais mostram se menos inclinadas a abstrações do que os homens e sentem uma maior responsabilidade de considerar as outras pessoas evitando sofrimentos e dores

Dworkin referindo se ao livro de Gilligan cita a comovente fala de uma das mulheres pesquisadas para ilustrar sua responsabilidade em relação ao mundo Não tenho necessidade de pagar ao mundo os meus débitos imaginários com esta criança e não penso que seja justo dar a luz uma criança e usa la para este objetivo

Analisando os vários depoimentos das mulheres pesquisadas por Gilligan Dworkin considera que o aborto diz respeito a um **terível conflito sobre uma decisão que envolve o valor**

intrínseco da vida humana Cada mulher estava tentando sobretudo avaliar a sua responsabilidade face ao intrínseco valor de **sua** própria vida colocando a terrível decisão que teve de fazer dentro desse contexto considerando a decisão de impedir uma nova vida como parte de um desafio maior de mostrar respeito por toda vida vivendo bem e de forma responsável a sua própria

Finalizando seus comentários as falas do estudo de Carol Gilligan Dworkin escreve A decisão de abortar não é um problema único desconectado de todas as outras decisões mas um exemplo dramático e ilustrativo das escolhas que as pessoas devem realizar ao longo de suas vidas escolhas que representam convicções sobre o valor da vida e o significado da morte

Significativa e oportuna para a argumentação de Dworkin foi a decisão da Corte Europeia para os Direitos Humanos em 1992 tornando sua a tese de que o feto não é uma pessoa com direitos e interesses próprios e que as leis que proíbem ou regulamentam o aborto podem justificar se apenas na medida em que se admite que o aborto possa comprometer o inerente valor da vida humana

Ao longo do livro Dworkin recorrentemente afirma que não se pode compreender o debate moral ora difuso no mundo se é feita uma interpretação centrada sobre a personalidade do feto E insiste em que quase todas as pessoas partilham explicita ou intuitivamente a ideia de que a vida humana tem valor intrínseco e objetivo

Importa desenvolver melhor o conceito de sacralidade entendida esta como inviolabilidade para melhor compreender a ideia de que a vida humana tem um valor intrínseco

O que é sagrado?

A ideia de um **valor intrínseco** e um *topos* lugar comum e se coloca em um ponto central no nosso esquema partilhado de valores e opiniões Mas não basta dizer que esta ideia é familiar Aplica la ao tema em questão apresenta dificuldades peculiares

Quais são os critérios de mensuração de respeito ou desprezo a vida humana? Devemos deles nos utilizar ao formular um juízo?

No caso de uma gravidez por estupro qual a decisão que mostra maior ou menor respeito pela vida humana uma decisão a favor ou contra o aborto? E no caso de uma deformidade?

Dworkin acredita que as divergências sobre o aborto por mais dolorosas que sejam

radicam-se em uma fundamental **unidade de convicção humanitária**

O sagrado tem valor intrínseco porque existe e inviolável pelo que representa ou encarna. Não se trata de um valor incremental. Uma coisa é sagrada e inviolável quando a sua destruição deliberada desonra aquilo que de veria ser honrado.

Mas o que torna uma coisa sagrada neste sentido?

Ha dois processos pelos quais uma coisa se torna sagrada para uma cultura ou uma pessoa:

- 1) por um processo associativo ou de designação. Ilustrado pelo que ocorre com certos animais do Egito, com as bandeiras nacionais etc.
- 2) através da história, pela qual incorporamos processos da criação humana que considera mos importantes e dignos de admiração. Processo analogo ocorre no caso da natureza.

Dworkin entende que se pode mensurar a **vida** e também a **perda da vida** de modos diferentes e indaga-se deve ser levada em consideração apenas a **durabilidade** de uma vida perdida, sem dar-se atenção a sua **qualidade**.

Segundo Dworkin talvez somente possa mos compreender melhor o complexo e longo espectro de opiniões sobre o aborto desde a mais conservadora até a mais liberal, ordenando-as no merito sob a gravitação entre duas formas extremas de frustração: a **frustração do investimento biológico** e a **frustração do investimento humano**.

E aqui reside talvez, uma das análises e argumentações teóricas mais belas e refinadas de Dworkin, e nem por isso menos polêmicas, nesse longo, difícil, tortuoso e ao mesmo tempo prazeroso percurso que busca aprofundar o debate a respeito do aborto na sociedade contemporânea. E, aprofundar o debate a respeito do aborto e antes de tudo, além de um dilema moral e social, uma questão existencial na medida em que nos coloca frente a questões de vida e morte, frente a questões do sentido da vida e da morte.

Na verdade, Dworkin está nos colocando diante da seguinte questão: o que seria pior, a frustração do investimento biológico ou humano? O que na verdade está em jogo? O que significa a escolha entre esses diferentes tipos de investimento? Que outro tipo de escolha teríamos? O problema gravifica, portanto, na ênfase que e dada a cada um destes investimentos.

A ênfase na frustração do investimento biológico segundo o autor e aquela dada pelos conservadores, por exemplo pelos fundamentalistas, pelos católicos ortodoxos ou

pessoas que acreditam que Deus e autor de tudo o que existe na natureza.

Contudo diz Dworkin como se pôde ver nem todos os religiosos ou aqueles que veneram a natureza são necessariamente conservadores em relação ao aborto. Muitos são sensíveis e solícitos com relação ao mal intrínseco da destruição do investimento humano da vida e chegam a admitir que em algumas circunstâncias **uma mulher poderia escolher o aborto** se ter uma criança pusesse em risco o investimento da mulher em sua própria vida.

Inobstante as duas posições extremas ou seja, aquelas para as quais apenas conta o investimento natural ou apenas o investimento humano, ha na verdade um longo espectro composto de opiniões diferentes.

Segundo Dworkin, as opiniões se tornam mais liberais e progressivas, portanto, menos conservadoras, na medida em que se da maior peso a **não frustrar o investimento humano na vida**.

A tese mais liberal enfatiza de varias formas que a vida humana e criada não so por forças divinas ou naturais, mas também de modo diferente, todavia central, por escolhas pessoais, educação, empenho e decisão.

Invertendo a ênfase dos conservadores os liberais consideram crucial o **investimento criativo na vida**, investimento que se possível não deve ser frustrado, pois e processo que se estende bem além da concepção e do desenvolvimento biológico até a vida adulta de um ser humano.

Uma criança que ao nascer frustra a opor tunidade da mãe de realizar a própria vida ou coloca em perigo sua capacidade de prover ao resto da família, provavelmente tera também por esta mesma razão, uma vida mais frustrante.

A abstração que ignora a complexidade e interdependência da vida real, obscurece muito do conteúdo que constitui o contexto sob o qual e tomada a decisão efetiva e concreta.

E um erro compreender o debate sobre o aborto centrado na questão da personalidade do feto ou de seus direitos. Este debate e mais uma expressão de juízos individuais e nebulosos sobre a razão e o modo pelo qual se manifesta a sacralidade da vida e **sob qual decisão de vida e de morte em toda circunstância, respeita mais aquilo que e de fato importante na vida**.

Ha que se esperar antes de mais nada não so por uma maior tolerância, mas sim por um maior salutar reconhecimento, o de que o que partilhamos, o nosso comum empenho na sacralidade da vida, e em si mesmo precioso, um ideal unificante que nos podemos resgatar de tantas decadas de odio.

O livro de Dworkin por muito mais do que isso é uma valiosa inovadora e importante contribuição ao debate do aborto Sua argumentação dá um salto de qualidade na discussão do tema e como todo conhecimento reflexivo e saber é passível de ser refutado Deve portanto ser atenciosamente lido conhe-

cido e refletido Deve imediatamente entrar na arena do debate brasileiro sobre o tema para que se possa continuar avançando não só na discussão mas também na atuação política jurídica e social transformadora

SILVIA PIMENTEL ■

Reconhecendo nossa "outra" na zona

Mulheres da Vila prostituição, identidade social e movimento associativo

MORAES Aparecida Fonseca

Petropolis Vozes 1996

O livro de Aparecida Moraes nos prepara para um novo diálogo com as prostitutas como Bila Sorj diz no prefácio A partir do momento em que se institucionaliza um discurso da prostituição como trabalho não mais vamos poder nos aproximar das prostitutas vendo-as com as mistificações usuais do senso comum Por exemplo dois artigos recentes publicados em *Belo Horizonte* se referem às prostitutas como mulheres que se sentem sujas imundas pecaminosas indignas de serem aceitas pelas pessoas ou como mulheres que ao conviverem nesse meio marginal acabam por introjetar valores distorcidos e sofrem profundamente com isso ¹ Infelizmente e esta abordagem psicologizante que tem prevalecido por parte das pessoas que se aproximam das prostitutas especialmente aquelas que se propõem a fazer algum tipo de intervenção como é o caso dos trabalhos relatados nesses artigos

O enfoque de Moraes difere radicalmente dessas abordagens porque ela está sempre preocupada em contextualizar a experiência

das prostitutas como se dando num determinado momento histórico e em determinada sociedade construída com base em relações de poder Moraes se aproxima das prostitutas tentando (re)conhecê-las não com os estereótipos comuns com que costumamos nos aproximar dos nossos outros isto é das pessoas que discriminamos mas desde o início sabendo que este (re)conhecimento da nossa outra só será possível se estivermos atentas ao nosso próprio (re)conhecimento Este duplo (re)conhecimento é necessário na medida em que estamos lidando com uma realidade complexa multifacetada em permanente transformação que se reflete em nossas próprias transformações E assim que por exemplo Moraes vai prestando atenção às expectativas e fantasias que tinha em relação à sua experiência quando começou o trabalho de campo sendo as mais significativas as que dizem respeito à sua "condição de mulher no mundo da prostituição" (p. 13) Da mesma forma Moraes busca incorporar uma análise de caráter mais sociológico visão **de fora** ao significado para os participantes - visão **de dentro** (p. 196) o tempo todo estando atenta à processualidade do mundo no sentido que lhe dá Suely Rolnik ou seja o movimento permanente de decomposição das ordens vigentes e de composição de novas ordens em múltiplas direções imprevisíveis ² Heloisa Buarque de Hollanda caracteriza como marcadamente feministas esses dois procedimentos metodológicos usados por Moraes levar em conta a própria experiência pessoal e prestar atenção

¹ Respectivamente Maria Neves *Prostitutas Encontra* João Cabral e *Da Volta por Cima* com o Apoio da Arte Alternativa UFMG junho/julho 1996 p. 11 e Maria Clara Prates *Mulher Casada Ganha Vida em Prostitutos* Estado de Minas 4 de agosto de 1996 p. 36

² ROLNIK, Suely *Cidadania e Alteridade* o psicólogo o homem da ética e a reinvenção da democracia In SPINK Mary Jane (org.) *A Cidadania em Construção uma reflexão transdisciplinar* São Paulo Cortez 1994 p. 160

aos aspectos rivais dos conceitos³ Em suma Moraes caracteriza sua aproximação das prostitutas como se fazendo através de um olhar de socióloga e sobretudo determinada um com prometimento com o que Geertz chama de visão aberta e contestável da afirmativa etnográfica (p.12) que perpassa todo seu texto

Moraes começou seu contato com a Vila Mimosa em 1986 como assistente da equipe de Gabriela Leite que hoje coordena a Rede Nacional de Prostitutas através da ONG Davida Em 1987 quando esta equipe se desfaz Moraes se torna "uma espécie de colaboradora independente sem vínculo institucional" (p.16) sugerindo que seu contato com as prostitutas continua até hoje não apenas através de sua participação nos diversos encontros mas também quando as prostitutas precisam "em determinados momentos" como afirma Eunice a presidente da Associação das Prostitutas na Vila Mimosa (p.213) ao falar sobre o papel dos colaboradores⁴ O livro que Moraes produz a partir desta experiência não apenas nos dá elementos para **conversar** com as prostitutas no sentido em que Geertz coloca⁵ mas tem valor heurístico na medida em que nele as prostitutas poderão encontrar elementos para refletir sobre questões e problemas que estão enfrentando na criação de sua Associação em outras partes do Brasil Isto e sem dúvida verdade no caso da Associação Mineira Agentes da Vida/AMAVI que as prostitutas de Belo Horizonte estão construindo com outros profissionais do sexo (travestis e michês) contando com a assessoria de uma série de colaboradoras entre as quais nos incluímos

³ HOLLANDA Heloisa Buarque de A Identidade da Prostituta *Jornal do Brasil* 8 de junho de 1996

⁴ Moraes indica que a presença dos colaboradores e mediadores permanece durante todo o processo da organização das prostitutas (p.208) Ela sugere que a configuração dos mediadores durante o processo seja um importante tema para pesquisas futuras (p.216)

⁵ GEERTZ Clifford *The Interpretation of Cultures* Nova Iorque Basic Books 1973 p.13 Para Geertz **conversar** com o outro é muito mais difícil do que geralmente se considera Conversar e falar **para** alguém não simplesmente falar **por** alguém ou ouvir alguém É neste sentido que fica imprecisa a descrição de Moraes do processo de estudo das representações sociais dos sujeitos como sendo um processo em que lhes foi dada a palavra (p.193) Seu texto nos mostra muito mais uma pesquisadora que mantém uma conversa responsável com seus sujeitos do que uma pesquisadora que lhes dá a palavra

Neste sentido *Mulheres da Vila* chegam num momento oportuno em que estamos encerrando uma etapa importante de nossa pesquisa na Zona de Belo Horizonte⁶ Os dois objetivos de nosso projeto criar **com as prostitutas** um centro/rede de referência para seus direitos reprodutivos e montar um banco de dados sobre prostituição em Belo Horizonte - permaneceram como importantes até o final mas muita coisa mudou nesses três anos para que alcançássemos esses objetivos Especialmente nossa visão sobre as prostitutas O próprio título original revela bem como a prostituição era percebida em 1993 quando o projeto foi escrito Prostitutas de Belo Horizonte a extrema violência da subordinação de gênero Vimos então as prostitutas como escravas movidas exclusivamente pela necessidade econômica e subordinadas a violência de todos que a cercavam Porém logo nos primeiros contatos com Marta e Lu que vieram participar das reuniões de nossa equipe em março de 1994 passamos a perceber que as prostitutas são antes de mais nada mulheres que trabalham para se sustentar e a sua família Sem dúvida um trabalho em que existe conflito e ambivalência devido ao problema da discriminação mas certamente um trabalho Com rotina exercido em determinadas condições e com algumas características de organização Foi isto que nos levou a buscar uma metodologia inspirada na que Christophe Dejours desenvolve para estudar a psicopatologia do trabalho

Gabriela Leite foi mentora do projeto no segundo ano da pesquisa quando Marta foi ao Rio para conhecer o trabalho do Davida Quando começaram a participar de nossas reuniões Marta e Lu já trabalhavam no GAPA, no projeto de prevenção de DST e de AIDS Em maio de 1994 o GAPA financiou a ida de Marta e outros profissionais do sexo ao Terceiro Encontro Nacional de Trabalhadoras do Sexo realizado no Rio Neste Encontro de que Moraes também participou Marta foi eleita liderança e membro consultivo da Rede Nacional de Prostitutas e voltou nos convidando para assessorá-la na criação de uma associação de profissionais do sexo em Belo Horizonte⁷ Aceitamos o convite pois ja

⁶ A pesquisa que está terminando o terceiro ano foi financiada pela Fundação MacArthur com apoio do CNPq da FAPEMIG e do Mestrado em Psicologia da UFMG

⁷ No início Marta estava mais interessada em se organizar com os travestis e só aos poucos foi se identificando com as questões mais específicas das prostitutas

havíamos observado que se seria possível criar uma rede de referência **com** as prostitutas se elas tivessem algum tipo de organização que lhes permitisse ter autonomia. De outra forma estaríamos meramente reproduzindo o paternalismo e o assistencialismo que no Brasil geralmente caracterizam as relações das elites com as classes desfavorecidas⁸

Ao estudar o movimento associativo das prostitutas da Vila Mimosa Moraes levanta questões que são comuns às das prostitutas de Belo Horizonte em sua luta para serem reconhecidas como uma categoria de trabalhadoras, sendo que aqui também o grande problema está na assunção de uma identidade estigmatizada (p. 195) que torna mais complexa a questão da regulamentação da profissão. Moraes tenta entender esses problemas analisando duas dimensões que compõem a organização das prostitutas na Vila Mimosa: a comunitária e a específica. Segundo ela e a interrelação dessas duas dimensões que vai explicar porque as prostitutas aparecem como novos atores políticos que investem numa ação coletiva (p. 241) mas muitos desses atores necessitam ocultar suas identidades. Esta interrelação explica também porque se mantêm intocadas as relações de poder interno na *Zona* mesmo quando são feitas reivindicações junto aos poderes públicos. Em Belo Horizonte talvez pelas características diferentes da *Zona* há uma tendência a se

enfocar essas relações internas e o trabalho de Moraes vai nos permitir comparar e contrastar as experiências.

Finalmente *Mulheres da Vila* traz contribuições importantes para o desenvolvimento da teoria feminista. A começar pela epígrafe de Simone de Beauvoir que coloca a questão da feminilidade vista como explorada ao extremo pelas prostitutas, o que paradoxalmente as coloca numa situação quase equivalente a de um homem partindo desse sexo que as entrega aos homens como objeto, reencontram-se como sujeitos (p. 11). Baseando-se em Paoli Moraes se pergunta: como os sujeitos de uma opressão podem se transformar em sujeitos de uma vontade e quais são as possibilidades de as prostitutas se constituírem como sujeitos coletivos (p. 193). E na relação com os fregueses que Moraes identifica um **momento coletivo** em que as prostitutas se definem como um **grupo** com valores e coisas em comum (p. 129). A possibilidade de escolherem seus clientes e de submetê-los a um exame físico, bem como a prática do uso da camisinha são, segundo Moraes, exemplos da socialização de métodos e critérios de seleção e classificação no atendimento (p. 132). Moraes também encontra a reconstrução de um novo ser-sujeito na formação de uma nova conjuntura política, propiciada pelos encontros nacionais, em que as prostitutas entram em contato com diversos representantes da sociedade, percebendo a importância de sua situação para essa mesma sociedade que as discrimina. Descrevendo o Primeiro Encontro Nacional, Moraes mostra como as prostitutas puderam se reconhecer mutuamente e o que torna este processo significativo: reconheceram-se no estabelecimento das diferenças com os outros com a sociedade (). Elas entendiam que se as respostas da sociedade de frente a este evento encontro eram tão

⁸ Autonomia tem sido a palavra-chave em nosso trabalho durante este ano. Os muitos obstáculos para que as prostitutas estabelecessem relações mais autônomas de trabalho nos mostraram a necessidade de fazer um projeto centrado em uma campanha para as prostitutas desenvolverem autonomia, isto é, serem capazes de agir de forma lucida e compartilhada para questionar as definições e as práticas de sua comunidade. Todos os passos do projeto têm como objetivo mostrar às prostitutas a possibilidade de lidarem com seus problemas através de sua própria ação refletida e compartilhada com outras prostitutas e outras pessoas. A cartilha que acabamos de produzir é um bom exemplo da forma como estamos tentando comunicar esta mensagem. A cartilha conta a história da Camisinha de Vênus, reforçando a prática de autonomia das prostitutas, examinarem o corpo de seus clientes antes de concordarem com o programa, mas alertando que, embora necessária, esta prática não é suficiente, pois nem tudo é visível no corpo contaminado por AIDS e DST. É preciso, então, recorrer sempre a camisinhas de boa qualidade que vai proteger a vida. Mas o grande problema das prostitutas é que as camisinhas de boa qualidade são doadas pelas ONG's

de forma descontínua ou custam muito caro. Nosso folheto, então, propõe a união das prostitutas para que elas possam comprar camisinhas de boa qualidade e muito mais baratas através de sua associação. Informamos o número do telefone da firma em São Paulo que vende camisinhas por atacado e a preço de custo para organizações e informamos também exatamente o preço que nos custou cada camisinha comprando nesta firma. O objetivo do projeto não é, portanto, apenas fazer a prevenção de doenças, mas dar informações que possam contribuir para a autonomia das prostitutas na prevenção de doenças. Em nosso projeto, o ato trivial de comprar uma camisinha se torna um ato político.

marcantes e significativas então de fato as mulheres prostitutas dizem algo de muito revelador sobre a para esta mesma sociedade (p 215)

É no estudo que Moraes faz do discurso das prostitutas sobre os outros e especialmente as outras que se vai retomar a questão da feminilidade colocada por Beauvoir já na década de 40. Neste discurso as outras são sempre mulheres de outros homens ou mulheres casadas. Essa divisão entre prostitutas e mulheres casadas comumente acionada tanto pelas prostitutas como pelas outras pessoas que de alguma forma falam sobre a prostituição e uma questão crucial para o feminismo. Porém como mostra muito bem Moraes o feminismo enquanto movimento tem tendido a se esquivar desta questão muitas vezes considerando que as prostitutas simbolizam o máximo da degradação da mulher sob o jugo do homem (p 210)⁹. Estudiar a oposição prostituta/mulher casada é fundamental para o feminismo porque são os dois lados de uma mesma moeda que define a feminilidade: o que é ser mulher para a sociedade. Mulheres são sempre definidas em função dos homens: as prostitutas são mulheres boas para terem relações sexuais com os homens fora do casamento e as mulheres casadas são boas para terem relações sexuais com os homens dentro do casamento. Moraes mostra que há expressões que indicam gradações para a categoria prostituta. Também em nosso estudo encontramos essas gradações sendo que as expressões putas ou verdadeiras putas são geralmente reservadas para as mulheres que transam fora do casamento mas apenas por prazer enquanto o termo prostituta é geralmente usado para se referir as mulheres pobres que transam por dinheiro apenas por necessidade. Por outro lado mulheres de classe média que transam por dinheiro preferem se identificar como garotas de programa expressão que é muito ironizada pelas prostitutas em nossa pesquisa. Da mesma forma há também expressões que mostram gradações para a mulher casada

indo desde a mulher "casadoura" até as mulheres bem casadas. *Mulheres da Vila* mostra como o estudo das diversas formas de relações que as prostitutas estabelecem com os outros e com as outras é fundamental para entendermos melhor a questão da feminilidade e sobretudo para compreendermos melhor as relações de gênero em nossa sociedade.

Moraes dá uma excelente sugestão de tema para pesquisa nesta área: a relação das prostitutas com os cafetões (ou gigolôs). Baseando-se em seu estudo e apoiando-se em Guattari Moraes acredita que as explicações para estes casos exigiriam a montagem de um amplo quadro que aprofundasse tal relação envolvendo tanto os fatores psicológicos e afetivos quanto os culturais e sociais" (p 152). Gostaria de concluir com a bela citação de Guattari que Moraes utiliza em relação a esta questão: "Há o triângulo prostituta-cafetão-dinheiro. Mas há também toda uma micropolítica do desejo extremamente complexa que está em jogo em cada polo deste triângulo e diversos personagens tais como o cliente e a polícia. As prostitutas têm certamente coisas muito interessantes a nos ensinar a respeito disso. E ao invés de perseguí-las, tinha-se mais e que subvencioná-las, como se faz com os laboratórios de pesquisa!" Quanto a mim, estou convencido de que, estudando toda esta micropolítica da prostituição que se poderia esclarecer sob uma nova luz, pedaços inteiros da micropolítica conjugal e familiar: a relação do dinheiro entre marido e mulher, pais e filhos e mais além, psicanalista e cliente (p 152).

Neste texto Guattari indica bem o valor de livros como *Mulheres da Vila*. Resta nos aguardar as próximas publicações de Moraes baseadas na pesquisa que está desenvolvendo no momento sobre prostituição infantil, uma área de estudo extremamente complexa que certamente estaria sendo iluminada por seu olhar crítico e responsável.

SANDRA AZERÉDO ■

⁹ Como vimos esta era exatamente a forma como representávamos a prostituição no início do nosso projeto.

Tendências rebeldes e conformistas

The Modernization of Gender Inequality in Brazil (1914-1940) - restructuring patriarchy

BESSE Susan K

Chapel Hill/Londres The University of North Carolina Press 1996 285 p

Este livro tem uma história própria paralela a história dos estudos sobre a mulher no Brasil. Foi escrito inicialmente como uma tese de doutorado para a Universidade de Yale sob a orientação da professora Emilia Viotti da Costa e recebeu o nome datado de *Liberdade e Servidão: o Impacto do Capitalismo sobre as Mulheres em São Paulo Brasil de 1917 a 1937*.

A pesquisa realizada em 1978 e 1979 em São Paulo e no Rio de Janeiro e de um período pioneiro dos Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher em que a ênfase provinha de uma busca da visibilidade feminina da mulher subentendida ou ocultada nos dados econômicos, demográficos, sociológicos e históricos.

A tese defendida em 1983 não se restringiu a essa perspectiva marcante dos estudos iniciais. Embora continuassem marginalizados nas áreas de Sociologia, Economia e Política das universidades, os estudos sobre a mulher foram ganhando novas dimensões e profundidade. Passava-se gradualmente de uma mulher biológica e espiritual única para um ser construído culturalmente que não era mais a outra do homem, mas que ganhava especificidades sociais múltiplas e fundamentais.

Tanto a pesquisa quanto a redação da tese já abrangiam áreas e níveis ainda não muito desenvolvidos nos estudos brasileiros sobre a mulher. A importância dada a história da educação, aos meios de comunicação e a urbanização nas alterações da vida das mulheres são algumas das contribuições mais marcantes desse trabalho que, sob o formato de tese e de microfilme, foi extensamente xerocado, citado e lido na grande florada de estudos da década de 80.

Observe-se que o trabalho, antes sobre as mulheres em São Paulo, agora refere-se ao Brasil e acrescenta ao período da industrialização

paulista de 1917 a 1937 outras delimitações significativas e mais abrangentes: 1914-1940, o período da Primeira a Segunda Guerra Mundial.

É que nesta década de maturação, entre a tese de doutorado e a publicação do livro, a autora acompanhou o desenvolvimento crescente dos estudos sobre a mulher e acrescentou aos dados e acontecimentos pesquisados outros níveis e nuances que, de um lado, especificam com maior clareza as condições de vida e comportamento da mulher brasileira; de outro, lhes confere diferenciações mais sutis que as possíveis de perceber quando ainda havia todo um território virgem a desbravar.

Em um momento em que as grandes histórias do cotidiano e da vida privada ainda não tinham sido projetadas, Susan K. Besse pesquisou a grande imprensa e a imprensa alternativa, as literaturas educacional, médica e psiquiátrica e deteve-se em publicações jurídicas e religiosas em busca de uma conceituação mais clara do que era considerada a **questão feminina**, os papéis desempenhados pela mulher e a consciência desses papéis, os comportamentos e a consciência deles, sem deixar de lado as políticas públicas a eles referentes. Revelou diferentes ângulos das contradições provocadas pela urbanização na vida das famílias e do governo autoritário sobre a desigualdade dos gêneros que inspiraram inúmeras dissertações de mestrado e teses de doutorado na década de 80.

A penetração do domínio privado pelo domínio público foi interpretada de forma pioneira pela análise minuciosa da introdução de jornais, revistas, do rádio e do cinema na vida das famílias urbanas ou urbanizadas, provocando alterações de ritmo de vida e maior consciência das assimetrias sociais e de geração.

Numa época em que, pelo menos na Universidade de São Paulo, a biografia era um gênero não só menor, como manifestamente desprezado, como reacionário, a autora foi capaz de perceber quanto havia de riqueza para o conhecimento, o estudo da vida de algumas mulheres, como expressivas de tendências conformistas ou rebeldes aos padrões sociais estabelecidos.

As influências recíprocas das tradições autoritárias brasileiras e de uma estrutura hierárquica de classes foram captadas em suas manifestações contraditórias na criação dos filhos e

nas individualidades através de uma educação que ainda não levava a emancipação

Muitas das linhas de pesquisa criadas ainda não foram devidamente percorridas e as que o foram devem muito as perspectivas abertas por essa brasileira que se apaixonou pelo

Brasil a ponto de se tornar uma leitura fundamental aos que se embrenham por estes estudos que vêm se ampliando em diferentes níveis e direções

MIRIAM LIFCHITZ MOREIRA LEITE ■

Educação para a subjetividade

Gênero & Saúde

LOPES Marta Julia Marques et alii (org.)

Porto Alegre Artes Medicas Sul 1996

A Série Enfermagem da Editora Artes Médicas de Porto Alegre entrega ao mercado o livro *Gênero e Saúde*, organizado pelas enfermeiras Marta Lopes, Dagmar Meyer e Vera Waldow. O livro reúne dez textos de autoria diversa agrupados em duas partes. A primeira parte, intitulada Na Trama dos Conceitos, reúne textos de caráter geral sobre gênero. Na segunda parte, os textos estão agrupados sob o título Conjugando Saúde, Trabalho e Gênero.

Guacira Lopes Lobo, historiadora em Nas Redes do Conceito de Gênero, destaca que os estudos de gênero estão ligados a construção social dos sujeitos masculino e feminino, diferindo do conceito de sexo que se reporta a identidade biológica de cada pessoa. A construção do gênero envolve o corpo, isto é, corpos sexuados masculino e feminino, e nos corpos das mulheres, enquanto sujeitos dominados, que se inscrevem gestos, posturas, disposições, marcas de subordinação. O texto chama a atenção para o fato de que em toda teorização sobre gênero está contida uma dimensão política que faz sobressair o desejo de transformação social.

O texto de Daniele Kergoat, traduzido do francês pela enfermeira Marta Lopes, constitui texto básico para os interessados em compreender como se dão as relações sociais entre os sexos e a divisão sexual do trabalho. Essa socióloga vem acompanhando e pesquisando o movimento revolucionário das enfermeiras na França, tendo publicado o livro *Les Infirmières et leur Coordination* (1988, 1989). Portanto, trata-se

de uma leitura fundamental para o pessoal de enfermagem.

O texto de Pierre Bourdieu também traduzido do francês por Marta Lopes, analisa os aspectos em que os corpos são construções sociais, dando como exemplo, no nível simbólico, o rosto e a boca, que são órgãos masculinos por excelência. O homem olha a cara frente a frente dentro dos olhos, afrontando por oposição a conduta da mulher que, no nível simbólico, indica que ela abaixe os olhos, mantenha-se curva, aperte os seios, cruze os braços, para citar somente alguns gestos. Ele se reporta ao conceito de intimidação causado pela violência simbólica, que faz a pessoa submissa perder seu capital linguístico em presença da pessoa dominadora. Nesse caso, o autor acentua que a timidez que faz uma pessoa quebrar sua própria língua, gemer, não significa que ela não saiba falar, mas que a pessoa dominada fica momentaneamente sob ação da violência simbólica emanada da pessoa dominadora. O autor sugere que o primeiro passo para transformar esse tipo de dominação e a tomada de consciência pela pessoa oprimida de sua própria sujeição, o passo seguinte é o de desencadear um processo de reeducação para transformar a ordem simbólica.

Dagmar Meyer encerra essa primeira parte do livro tratando da questão de hierarquia de gênero, que não só modula as relações entre mulheres e homens, mas também estrutura e recorta o social. A autora enfatiza também que a tomada de consciência de subordinação das mulheres aos homens constitui um primeiro passo que vai desembocar na necessidade de se desconstruir o que é dito e feito entre mulheres e homens, e que esta imbricado em nossas múltiplas posições de sujeito. A consciência da submissão e a desconstrução dessa ordem devem dar partida a um conjunto de ações de contestação e crítica sobre o nosso cotidiano.

Na segunda parte do livro Marta Lopes tem dois artigos nos quais ela chama atenção para a ideia de que os valores simbólicos e vocacionais que compõem o arcabouço da concepção do trabalho em enfermagem estão baseados em um sistema de qualidades e não de qualificações. A autora atribui sua percepção ao fato de as mulheres ocuparem se dos cuidados de saúde no domínio privado local onde é natural que elas conjuguem todas as suas qualidades para fazer frente as tarefas domésticas. Essa visão doméstica passa do lar para o exercício da enfermagem no âmbito público. A valorização das qualidades pessoais desvaloriza os cuidados de saúde enquanto ação qualificada profissional.

No texto *O Sexo do Hospital* a autora enfatiza que o hospital é masculino e que o atendimento de enfermagem está dirigido mais para as necessidades dos médicos do que as da clientela em geral. A autora já encontra enfermeiras com uma visão universitária da profissão reagindo contra essa situação de subsidiariedade da hierarquia médica e que realizam suas ações priorizando as necessidades dos doentes. Trata-se de uma nova identidade cuja luta é pelo reconhecimento de competências e da singularidade do próprio trabalho.

A psicóloga Tania Mara Galli Fonseca abordou o tema *Da Mulher a Enfermeira*. Conjugando o Trabalho e Gênero. Verificou que os processos de dominação e exploração entrelaçam-se de forma requintada e perversa no espaço hospitalar que é fortemente caracterizado pela divisão sexual do trabalho e onde se consolida a tese coerção/consentimento. Ela observa que o contorno da imagem da enfermeira universitária inclui o afastamento da mesma do cuidado direto o caráter submisso e tarefairo do seu fazer a falta de ousadia profissional o apego a burocracia as regras e ao caráter gerencial da assistência.

A enfermeira Vera Regina Waldow no texto *A Opressão na Enfermagem* um Estudo Exploratório aponta que a educação em enfermagem em Porto Alegre não é percebida como um processo de autoconhecimento em direção ao profissionalismo mas pelo contrário parece ser um tipo de aprendizagem que conduz a opressão. O relacionamento professora/aluna alimenta a dependência mostrando a professora como tutora em lugar de uma facilitadora do ensino. As enfermeiras enfrentam uma dualidade em relação a sua opressão ao mesmo tempo que renegam o poder não podendo assim serem responsabilizadas por seus atos culpam

outros pelas falhas ocorridas no serviço e sentem-se insatisfeitas com a falta de poder desenvolvendo um sentimento de auto destruição.

A assistente social Patricia Krieger Grossi é responsável pelo texto *Violência contra a Mulher*. Implicações para os Profissionais de Saúde que trata da violência contra a mulher com base em investigação feita na Casa de Apoio Viva Maria em Porto Alegre. Ela aconselha os membros das equipes interdisciplinares de saúde que ao atenderem mulheres vítimas de violência não se detenham apenas na observação de danos físicos mentais e emocionais mas que incluam também ações preventivas e educativas para a plena cidadania.

A enfermeira Regina Rigotto Witt traz um ensaio sobre *Gênero e Diabetes*. Implicações para o Autocuidado. Em sua pesquisa a autora verificou que os homens diabéticos pensam primeiro neles quanto a condução do próprio tratamento enquanto que as mulheres diabéticas pensam primeiro no marido nos filhos e por último nelas. Como o controle da diabetes representa um trabalho ininterrupto do qual o/a portador/a não pode se descuidar hora nenhuma a autora sugere que o ensino e o exercício da enfermagem passe a investigar as implicações de gênero quando trata de ensinar a essa clientela como conduzir seu autocuidado.

A visão geral que os textos da primeira parte transmitem é de que existe um estrangulamento das relações entre os sexos e entre as classes e que para desatá-lo precisamos de muita tenacidade inteligência e criatividade. O conjunto dos textos evidencia a necessidade de mulheres e homens estabelecerem uma mediação entre a cultura geral e a cultura política para irem abrindo caminho para as mudanças e a justiça sexual/social.

A visão específica da área da saúde demonstra que as questões de gênero ainda são problemas que causam mal estar e ainda não são enfrentadas como assunto de estudos pesquisas ou investigações. Os estudos realizados pelas autoras da segunda parte sinalizam que o tempo atual precisa de uma transformação profunda na área de educação em enfermagem. É preciso desestabilizar a apatia da razão a inércia dos preconceitos o torpor dos hábitos e necessário que se estruturarem currículos voltados para a formação do espírito o desenvolvimento da subjetividade e que garantam a união entre o pensamento o gesto e o ato de cuidar.

MARIA JOSE DE LIMA ■

Entre Atena e Aracnê

Teoria Feminista e as Filosofias do Homem

NYE Andrea

Rio de Janeiro Rosa dos Tempos 1995

Atena bordava os símbolos monumentais da soberania ateniense() Aracnê escolheu outro tema Sua tapeçaria mostrava() quadro apos quadro ds crimes dos deuses olimpicos contra as mulheres

Para Ovidio em *Metamorfoses* a vitória do embate entre as duas cabe a Atena que deixa Aracnê viva mas transformada em aranha pendurada num fragil fio

A filosofa feminista Andrea Nye propõe um outro final Aracnê toma a mão de Atena firme massuavemente Deixe os diz Aracnê venha conosco Reconstruiremos um outro mundo em memoria de Creta das deusas da rainha pig meia da Antígona desobediente de Afrodite Ouça como as arvores as montanhas os passaros e as pedras estão falando

Senam as teoricas feministas as Aracnês que tomam as filosofias dos homens pela mão e reconstroem sua tessitura? Este parece me e o "fio dameada" do percurso realizado por Andrea Nye em seu livro primeiramente publicado nos Estados Unidos em 1988 hoje traduzido no Brasil pela Editora Rosa dos Tempos

Nye apresenta um balanço ao mesmo tempo critico e positivo das diferentes teorias feministas Do ângulo de visão em que se coloca todas as teorias feministas que analisa tiveram o merito de criticar do interior de seus fundamentosepistemologicos oviesmasculinista presente tanto no pensamento liberal como no marxista no existencialista no psicanalitico e no pos estruturalista Como se combinam formas de pensamento filosofico e politico dos homens com formas de pensamento feministas? Em cada uma delas as feministas foram capazes de denunciar a inscrição do poder masculino Contudo também ficaram aprisionadas nos seus limites Todas elas tecem um fio a quatro mãos Aracnê e Atena Quem comanda a tecelagem? E cada uma delas apresenta um perigo Aracnê de se perder no emaranhado de seu proprio fio e Atena de se perder na trama masculina

Uma outra perspectiva desenha a sintaxe do texto de uma escola filosofica a outra vai sendo construida uma cadeia de continuidades e rupturas recobertas no entanto por uma ideia valorativa de avanços Assim a autora apresenta as diferentes teorias aponta os seus alcances e limites e ao mesmo tempo vai inscrevendo seus proprios passos no que enten de deva ser o caminhar das teorias feministas

Se a autora atribui ao pensamento liberal combinado com o utilitarismo e a teoria do contrato social dos fins do seculo XVIII ao seculo XIX a possibilidade de fundar as bases teoricas para a cidadania feminina (Olympe de Gouges Mary Wollstonecraft e Harriet Taylor) aponta os limites no seu proprio ponto de partida a ideia paradigmatica do homem europeu deixando o papel e os direitos das mulheres sempre em lugar ambiguo Assim a questão de ser a diferença social das mulheres resultante da "natureza" ou da educação e uma indagação que recobre todo o periodo

A critica que faz ao feminismo marxista socialista advem também aqui do fato de este pensamento ter como referência concreta a imagem masculina o homem produtivo marxista e o homem a ser liberado no Estado socialista Nye apresenta de forma interessante a importância e os impasses da ação politica das feministas Zeitlin Kollontai e Goldman Embora todas três tivessem desnaturalizado a suposição dos homens socialistas de que bastava a revolução socialista para a instauração da igualdade entre homens e mulheres esta questão permaneceu secundaria na teoria e nas ações politicas socialistas

Do marxismo pre guerra Nye passa a analisar o existencialismo pos guerra articulando os através da critica que Simone de Beauvoir faz ao absolutismo marxista acusado de esmagar tanto na ação politica como na teoria a questão do individuo e da subjetividade A noção de subjetividade existencialista supõe a liberdade para escolher e a responsabilidade pelas opções permite entender a opressão dos homens sobre as mulheres e conceber formas de a ela se opor

Nye elogia este grande passo dado por Beauvoir a introdução inequivoca da questão da subjetividade ausente na perspectiva marxista da época Contudo para ela Beauvoir

esta aprisionada a ideia do sujeito sartriano que e eminentemente masculina. O Sujeito escrevia Sartre afirma-se como uma totalidade contra a totalidade do Ser entre o que em mim e o que não e mim. Para Sartre o sujeito vê as negações que esvazia no mundo como "tarefas" como instrumentalidades que o para si projeta no futuro. Essa instrumentalidade fundacional do sujeito sartriano para Nye e auto demonstrativa de que a concepção existencialista da ciência e a de uma ciência definida masculinamente. Trata-se de uma teorização que começa a partir de uma problemática masculina: o cenário senhor escravo das consciências e o cenário do controle do mundo físico. Neste cenário ou se tem violência com divisão entre sujeitos e objetos ou se tem a afirmação reciproca. Mesmo neste ultimo caso trata-se apenas da afirmação de um mesmo tipo de sujeito: o sujeito masculino beligerante e o sujeito da competição alienada do mercado de trabalho capitalista. Daí talvez porque para Beauvoir o casamento e a geração de filhos pareçam ser o lugar e a causa da opressão das mulheres e daí porque a superação dessa situação só possa ter sido vislumbrada pela exigência do trabalho da mulher simultaneamente a recusa do casamento e dos filhos.

Do pensamento de Beauvoir do *Segundo Sexo* (1949) Nye passa ao posterior feminismo radical pensando ai tanto o feminismo radical marxista que entende as relações de classes de sexo como analogas as relações de classe como e o feminismo de Christine Delphy e de Kate Millet fundado portanto numa análise social da opressão quanto um outro feminismo radical que vê a opressão entre homens e mulheres fundada no modelo das relações de sexualidade entre homens e mulheres. Entende que esses feminismos radicais são devedores da obra de Beauvoir. Embora reconheça que o modelo da sexualidade de Beauvoir se distancia do de Sartre para Nye nem Beauvoir nem as feministas radicais escaparam do modelo sexual "beligerante" e masculino de Sartre. O campo da sexualidade passa a ser o campo da fundação da opressão e portanto o campo da batalha dos sexos (para feministas como Germaine Greer, Susan Brownmiller, Andrea Dworkin, Eva Figs, Adrienne Rich e Mary Daly).

Faço ao existencialismo e ao feminismo radical. Nye não esconde sua preferência pelas teoricas feministas que dialogam com Freud ou Lacan criticando e denunciando seus supostos masculinistas mas incorporando a subjetividade de psicologica. Quando as relações masculino/feminino são analisadas apenas como rela-

ções de força entre consciências a realidade psicologica concreta na qual as mulheres vivem e ignorada" (p. 143). O eu feminino não e uma pura questão de vontade mas se da atraves do engendramento psicologico.

Quais os avanços das revisionistas feministas em relação a psicanálise? Juliet Mitchell desnaturaliza a familia acreditando que poderia se tornar obsoleta. Jane Flax, Christine Olivier e Nancy Chodorov criticam a estrutura da familia e propõem um novo tipo mais igualitario de cuidados paternos e maternos que eliminem aspectos destrutivos das diferenças de gênero. Julia Kristeva recomenda uma nova especie de teorização feminina que não abandone o mundo simbolico (pensado como sempre patriarcal) que e o mundo da ciência da teoria e da logica mas que torne o sistema mais moveidico reavivando sempre o abismo maternal do rejeitado que ameaça a certeza de qualquer alegação (um patriarcalismo pluralistico?). Luce Irigaray propõe o abandono da simples presença/ausência da logica falica para explicar o feminino e o masculino. O feminino pode então aparecer como um valor em seu pleno direito como uma diferença de sexos real como dois sexos. Nye elogia a critica radical de Irigaray a Lacan e a possibilidade de ver o feminino como um valor positivo ultrapassando o seu reiterado lugar negativo. Contudo critica em Irigaray o perigo de um mundo separatista feminino que não negocia com o mundo masculino da politica. Sinteticamente para Nye todas as revisionistas feministas contornam a autoridade de paterna da teoria freudiana mas não desafiaram seus termos basicos.

Na escritora Helene Cixous Nye encontra o clamor por uma escritura feminina que liberte as mulheres da linguagem masculina governada pelo falo. Cixous se apoia em Derrida que reconhece em Lacan a falacia falocêntrica mas com ele concorda que não ha escapatória da cadeia significativa da linguagem. O operador feminino de Derrida pode interromper a ordem da cadeia simbolica para criar novas dobras de significado e novas relações. Para Nye enquanto Derrida faz trabalhar o operador feminino como simples travessura Irigaray e Cixous o fazem para expressar uma presença feminina que se quer como tal.

Onde se situa Andrea Nye? Fascínio e critica contundente acompanham seus textos sobre Kristeva, Irigaray e Cixous. Passa de um tom a outro. De uma autora a outra. De uma contra outra. De uma a favor da outra. Faz uma critica radical ao separatismo. Faz uma critica radical

ao não reconhecimento do mundo simbólico masculino mas igualmente denuncia a submissão a ele. De um elogio radical ao reconhecimento do lugar do engendramento do "eu" na linguagem pelo pensamento pós-estruturalista parece pedir muito mais que Irigaray e Cixous um reconhecimento de que o simbólico e a linguagem são historicamente constituídos. Quer mais que uma escritura feminina quer uma crítica filosófica lógica e teórica feita pelas feministas.

Seria Kristeva semelhante a Atena e Irigaray e Cixous a Aracné? Volto a pergunta sobre Andrea Nye. Vejamos o que a autora deseja e espera de Aracné. Quer que ela diga ouça como as árvores, as montanhas, os passaros e as pedras estão falando (p 272). A fala desejada com certeza nos lembra o texto de Cixous (Illa 1980) onde descreve a experiência de uma criança pura que ainda não entrou no mundo masculino: *os sentidos conhecem o caminho antes dos nomes próprios e nomes comuns através dos perfumes andando de sandálias nos odores pesados no movimento do mercado*. Essa forma pura supõe uma comunhão entre a coisa física e o corpo físico. E este o feminino suposto e desejado por Andrea Nye?

A invocação de todas as figuras femininas pela Aracné de Andrea parece sintetizar a busca de um mundo feminino. Estamos aqui diante de uma proposta separatista? Estamos diante do elogio de "postos avançados de ordens sociais de cunho feminino" tal como a autora se expressa a página 270 referindo-se a conventos, escolas para moças e comunidade das lésbicas? Mas não nos enganemos com esta resposta simples. A autora quer ao mesmo tempo também se afastar de Aracné.

Andrea Nye parece pedir muito mais que Derrida: que o desconstrucionismo seja a capacidade da crítica ao pensamento ocidental e ao mundo ocidental. Não se trata mais de um Derrida fazendo a operação subversiva meramente no nível textual a partir e dentro do próprio texto da filosofia ocidental. Propõe conceber e instaurar um mundo sem qualquer lei do pai" (p 255). E invoca e assim supõe um mundo habitado por culturas não ocidentais que parecem ser lugares por natureza menos afetados por qualquer lei do pai. Neste ponto situa-se a meu ver o lado ingenuo de Andrea. Que mulheres seriam essas tão diferentes e repositório das esperanças feministas? Estarão as mulheres negras, islâmicas e asiáticas situa das integralmente fora da corrente da cultura ocidental (p 271)? E se estivessem este fato garantiria serem o repositório de um mundo sem

a "lei do pai"? Difícil. Não se trata de esvaziar as diferenças culturais nem de se colocar atrás de um conceito vazio e universalista de patriarcado mas não se pode colocar a serviço de um imaginário fantasista e também vazio de um suposto mundo matriarcal.

Ainda que seja ingênua a suposição de que qualquer cultura não ocidental possa ser referência crítica aos supostos masculinistas da cultura ocidental, o lugar da fala de Andrea Nye e político. Sua perspectiva política a distancia do Derrida do contexto francês e da crítica quase exclusivamente textual de Irigaray e de Cixous. O alcunhado "feminismo francês" (referência americana a corrente pós-estruturalista francesa e não auto-identificação do feminismo na França) e politizado e transformado no contexto americano e se constitui referência para as vozes dos movimentos das minorias sociais.

Andrea Nye quer ser mais que Aracné. Quer sobreviver a maneira de Atena. Quer uma ação feminista num mundo feminino" (p 271). Feminino e feminista não são para ela sinônimos nem antônimos. Devem ser articulados. O elogio dos enclaves feministas nos centros acadêmicos parece ser o que exige classificação e o que lhe dá garantia de articular Aracné e Atena. Aracné **fazendo teoria e ação feminista** debruçando-se sobre a história das mulheres. Já não seria unicamente Aracné. Seria também Atena.

Segui com gosto a habilidade com que Andrea Nye encadeou (ou bordou) teorias e momentos históricos em torno da permanente questão da imbricação entre as filosofias dos homens e as teorias feministas e em torno do debate sobre as concepções de feminino e masculino. A Editora Rosa dos Tempos mais uma vez nos brinda com um texto de qualidade que há muito merecia ser traduzido. Contudo uma revisão mais rigorosa da tradução teria limpado o texto de ambiguidades e imprecisões ou "traições" frente ao original.

De uma postura crítica entendo que o não a ser desfeito na tessitura de Andrea Nye e o da sua concepção fundacional que perpassa seu texto de um mundo masculino justaposto a um mundo feminino. Prefiro uma outra forma de tecelagem a que não se prende a aparência de uma configuração de dois mundos masculino e feminino mas que fala das relações de gênero. Ao se falar das relações de gênero não se corre o risco de substancializar as categorias de feminino e masculino. E se pode falar de uma teoria e uma ação feminista no mundo das relações de gênero.

LIA ZANOTTA MACHADO ■

O que é "ser homem"

Masculino/Feminino tensão insolúvel

ALMEIDA Maria Isabel Mendes de

Rio de Janeiro Editora Rocco 1995 148 p

Ultimamente em debates sobre a relação homem/mulher e mesmo em conversas informais costuma aparecer a mesma reclamação nada mudou na convivência entre os sexos na verdade **tudo ficou muito pior**. Essa queixa e feita tanto por mulheres quanto por homens esclarecidos que acreditam que os desencontros atuais as inúmeras separações e a insatisfação masculina e feminina são os principais resultados do movimento de libertação da mulher das décadas de 60 e 70. Afinal dizem eles parece que homens e mulheres falam linguas diferentes desejam relacionamentos incompatíveis e não conseguem conviver sem um clima permanente de guerra.

A partir destas reclamações é inevitável pensar na famosa pergunta de Freud **o que quer a mulher?** E em consequência desta **o que quer o homem?**

Enquanto a principal queixa dos homens e a de que as mulheres são muito exigentes e que eles não conseguem satisfazê-las nunca (por mais que tentem) as mulheres reclamam que falta homem interessante no mercado matrimonial e que os poucos que existem só estão interessados no próprio prazer e fogem dos compromissos prestando mais atenção a um jogo de futebol do que as necessidades femininas.

Parece que quem reclama que nada mudou (ou que piorou) não consegue enxergar em sua própria vida as transformações da relação homem/mulher nas três últimas décadas. Não percebe que séculos de uma cultura escravagista e de silêncio feminino não mudam em dez ou vinte anos e que mais do que uma ruptura definitiva com o passado estamos vivendo um processo até bastante acelerado de transformações dos papéis masculinos e femininos na sociedade brasileira.

Hoje mais do que nunca podemos afirmar que um dos principais desdobramentos do movimento feminista foi a possibilidade de trans-

formação que ele trouxe aos homens. A dominação masculina também era uma prisão (mesmo que desejada) para homens que não podiam demonstrar suas fraquezas, dúvidas e sofrimentos. Após décadas de discursos e lutas as mulheres buscaram compreender o comportamento masculino para melhor lidar com ele e com as próprias reações. Essa compreensão cada vez maior tem mudado a qualidade das relações afetivo-sexuais e propiciado o aparecimento de casais mais equilibrados e por que não dizer mais satisfeitos. Mas apesar destas mudanças muito ainda merece ser discutido e pesquisado.

Em contraste com a proliferação nos últimos anos de estudos sobre a mulher brasileira ainda tímida e praticamente desconhecida a produção teórica sobre o que é "ser homem" em nosso país. O livro de Maria Isabel Mendes de Almeida *Masculino/Feminino* tensão insolúvel contribui para preencher essa lacuna. Uma versão adaptada e resumida de sua tese de doutorado em Sociologia defendida no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) o livro é resultado da análise de 25 entrevistas feitas com homens de classe média moradores do Rio de Janeiro de 40 a 60 anos. Isabel enriquece suas análises com o debate teórico com quatro autores clássicos da sociologia e da ciência política: Jean Jacques Rousseau, Alexis de Tocqueville, Georg Simmel e Max Weber. Esses autores, como ela diz, foram estudados como solos virtuais para a construção de uma teoria do sujeito. Em seguida a autora se dedica a análise crítica do pensamento de autores pertencentes à tradição da historiografia e da sociologia brasileiras: Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Antonio Candido e Paulo Prado. Isabel afirma que o propósito que acompanha a reflexão em torno desses autores é "a busca de uma teoria virtual do sujeito no interior de suas obras". A autora tenta mostrar e justificar a forte presença da questão da subjetividade nesses autores, ainda que com significações bastante distintas.

Finalmente no último capítulo Isabel analisa as entrevistas realizadas enfatizando a valorização da postura de não neutralidade da pesquisadora e autora em relação ao objeto estudado. Através de uma perspectiva intensamente feminina Isabel descreve com muitas surpre-

sas e perplexidades o seu encontro com o discurso da masculinidade. A autora busca incansavelmente um determinado modo de ser da subjetividade masculina dando uma ênfase especial a dimensão relacional isto é ao contato (e estranhamento) entre a pesquisadora e seus 25 entrevistados. Considera que seus principais achados foram frutos desta interação. Trabalhando com suas intuições pessoais a autora analisa o conteúdo dos discursos dos entrevistados e também a postura de cada um deles como por exemplo a ausência de hesitações o fluxo contínuo e ininterrupto da fala o uso exaustivo de gesticulações e a utilização intensa de palavras e gírias. Através da análise do conteúdo do discurso dos entrevistados assim como desses outros traços menos evidentes a autora procura demonstrar as contradições existentes no grupo. Um dos principais achados de Isabel é que apesar de um discurso moderno permanece o caráter extremamente conservador dos homens entrevistados.

No plano do conteúdo ou seja do discurso visível e explícito assim como das expressões utilizadas pelos entrevistados há uma identificação com padrões nítidos de modernidade e liberação. Refiro-me ao uso quase corriqueiro e indiscriminado de palavras gírias e inúmeras metáforas sexuais que pressupõem atitudes de informalidade naturalidade e quebra de inibição ou distância as quais caracterizariam aquele tipo de relação sobretudo com uma

mulher. De outro lado porém no plano que chamei plano do mecanismo e que corresponderia a uma espécie de estrutura menos visível e aparente dos sujeitos e possível surpreender a presença de traços arcaicos e quase primitivos da relação dos entrevistados com a dimensão sexual (p. 139).

E pena que a autora não explore mais detalhadamente a riqueza do material etnográfico que parece meio perdido em meio aos autores e as reflexões sobre a tensão e o conflito entre a sua subjetividade feminina e as de seus entrevistados masculina.

O antropólogo Luiz Eduardo Soares orientador da tese de Isabel afirma que esse é um livro profundamente autoral. Ele escreve: Isabel inventou um novo modo de escrever sobre alguns temas centrais para nossas vidas dos quais sabemos ainda tão pouco. Espero que a leitura deste livro estimule muita gente a reescrever o romance de gêneros no Brasil com a liberdade que Isabel se permitiu e quem sabe anime muita gente a se permitir a experiência de viver de outro modo as diferenças (p. 12). Com *Masculino/Feminino* tensão insolúvel Maria Isabel Mendes de Almeida derruba o mito da objetividade do pesquisador em ciências sociais e contribui para um campo de reflexão que apenas engatinha em nosso país.

MIRIAN GOLDENBERG ■

A família dos trabalhadores e pobres

A Família como Espelho um estudo sobre a moral dos pobres

SARTI Cynthia Andersen

Campinas Autores Associados 1996 128 p.

O trabalho de Cynthia Andersen Sarti¹ insere-se antes de tudo na linha daqueles que operam o resgate de uma problemática antro-

pologica² no exame das questões relativas aos segmentos que opta por recortar como **pobres** urbanos. E ela o faz de várias formas algumas explícitas outras implícitas. Adentrar o seu texto por esta via permitira o acesso a algumas das temáticas que articula no seu interior.

É possível por exemplo fazer uma leitura deste tipo de afiliação através da seleção das epígrafes que encimam os capítulos do livro. Assim é que após abrir a introdução com um excerto extraído do mais antropológico dos tex-

¹ Originalmente tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em agosto de 1994.

² LOPES Jose Sergio Leite Introdução formas de proletarianização: história incorporada e cultura operária. In *Cultura e Identidade Operária*. Rio de Janeiro: Marco Zero Edufrj, 1987, p. 12.

tos durkheimianos em que o processo de simbolização se coloca como instituinte da própria sociedade³ a autora invoca Luis da Câmara Cascudo para introduzir quatro dos cinco capítulos que compõem o livro e ainda os comentários finais. Embora uma homenagem mais que merecida, esta eleição seria apenas curiosa e inusitada no campo de debates em que se move a autora, se a **tradição** não ocupasse um lugar importante na tese, como se vera adiante. Quebrando a simetria, mas não o sentido da escolha, o autor nacional cede lugar no capítulo quatro ao provérbio maori citado por Marcel Mauss, síntese do princípio da reciprocidade. E justamente neste princípio que pode ser apreendida a argumentação central do livro, do qual a própria autora nos oferece um sumário no capítulo três, dedicado a análise da família como universo moral.

A família como ordem moral, fundada num dar, receber e retribuir contínuos, torna-se uma referência simbólica fundamental, uma linguagem através da qual os pobres traduzem o mundo social, orientando e atribuindo significado a suas relações dentro e fora de casa. (p. 63)

É sob este prisma que a tessitura moral que erige a **família pobre**, delimitando seus contornos e refletida nas relações de trabalho (cap. 4) e nas relações de vizinhança (cap. 5) entre iguais e desiguais.

O material empírico proveniente de trabalho etnográfico realizado no bairro de São Miguel Paulista, zona leste da cidade de São Paulo, e elaborado nestes três capítulos (os de número 3, 4 e 5). A ordenação do material reproduz, assim, o que Duarte⁴ denomina o **tripe família/trabalho/localidade**, recorrente nas pesquisas sobre trabalhadores urbanos, focos de valores que diversas etnografias têm confirmado. O relativo consenso acerca da centralidade destes domínios sociais, na bibliografia sobre estes segmentos, encobre, entretanto, profundas dissensões teóricas acerca dos modos pelos quais eles se organizam e se articulam. Uma das contribuições do livro e a proposta de pensar sua articulação a partir da família, *locus* da produção de uma moralidade que atualiza de diferentes formas as regras básicas da reciprocidade, cons-

truindo seres sociais específicos e projetando-se para os outros domínios significativos. É ali, portanto, na rede de **obrigações** que une familiares e parentes que são construídos os laços de sustentação primeira das pessoas e simultaneamente um modelo simbólico de referência que pauta seu comportamento através do qual avaliam e se colocam nos diferentes circuitos sociais dos quais participam.

Para construir esta proposta, Sarfi realiza alguns importantes movimentos no interior deste campo de debates, escapando com sabedoria das tentadoras armadilhas para as quais muitas vezes somos conduzidos por nossa necessária imersão etnográfica. Isto implica a difícil empreitada de valorizar a construção do dado e, simultaneamente, evitar a mera acumulação empírica produzindo mais uma etnografia que se esgota nos seus próprios termos. Elidindo esses atalhos, a autora posiciona-se em relação a uma série de questões e temáticas que atravessam este campo e se devido às dimensões do livro, muitas vezes não se estende como seria desejável, suas posições e sua proposta são costuradas do título a última linha, pela preocupação de resgatar a dimensão simbólica dos fenômenos que toma como objeto.

Esta discussão se explicita e se especifica logo no capítulo dois, denominado *Os Pobres nas Ciências Sociais Brasileiras*, onde opõe um **paradigma da produção** a um **paradigma da cultura**, dispondo e ordenando sua leitura de uma produção que ameaça já tornar-se indomável, tal a multiplicidade de eixos de análise e perspectivas teóricas que orientam a acumulação de trabalhos etnográficos⁵. Dispõe-se aqui, neste capítulo, de um bom caminho para esboçar o que a meu ver é a principal contribuição do texto.

Os segmentos analisados são recortados como de **trabalhadores e pobres** (o conectivo é enfatizado) a partir da crítica ao paradigma da produção, norteador principal de grande parte das análises realizadas, em especial a partir da década de 70. Entretanto, e mesmo a categoria **pobre** que perpassa todo o texto presente já no título, expressando em muitos momentos o

³ Uma sociedade não pode criar-se, nem se recriar sem criar ao mesmo tempo alguma coisa de ideal, da famosa conclusão de *As Formas Elementares da Vida Religiosa*.

⁴ DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Brasília: CNPq, 1986, p. 132.

⁵ A adoção decerto intencional e refletida desta disposição a moda de Sahlins (*Cultura e Razão Prática*, Rio de Janeiro: Zahar, 1979), autor de uma das mais decisivas leituras do capitalismo como cultura, numa perspectiva inequivocamente assumida pela autora e citado em outros pontos do texto, e mais um dos signos de filiação do livro que referem no início.

desacordo com sua percepção através das determinações de classe que o termo **trabalhador** incorpora. Por exemplo

Os pobres foram engidos em categoria sociológica como os trabalhadores e o foco voltou-se para a razão prática – reificada e não tomada pela mesma como uma forma de simbolização – como apontou Sahlins (1979) – que os levava a (in)satisfação de suas necessidades () Identificados com os trabalhadores os pobres passaram a constituir a classe trabalhadora sendo então definidos fundamentalmente por sua forma de inserção na produção” (p. 19)

A abordagem via **pobreza** visa portanto colocar um novo repertório de questões no interior de um campo que sem nenhuma dúvida foi delineado e primordialmente abordado dentro de uma perspectiva marxista. Tarefa difícil em especial porque sabemos ter sido o interesse sociológico social e político sobre a classe trabalhadora que gerou grande parte desta produção nas ciências sociais brasileiras acumulando-se material empírico e desdobrando-se as questões básicas do materialismo histórico. As diversas pesquisas feitas neste campo assim recortado por antropólogos sociais providos de outras tradições teóricas e munidos com outras questões levou a sua fecundação – expressa por exemplo na emergência de novas temáticas e na busca de maior precisão teórica na delimitação dos conceitos de cultura e ideologia – e decerto a alguns impasses. Nos estudos sobre família operária por exemplo as análises que a vêem como **unidades de consumo e rendimento** atuando através de **estratégias de sobrevivência** representam a mais perfeita enunciação das possibilidades e limites desta abordagem sendo criticadas pela autora como parte do paradigma da produção

Alguns destes impasses também vez por outra se expressam na escolha da categoria abrangente selecionada para nomear a unidade sociológica recortada e conseqüentemente estabelecer as vezes implicitamente os pressupostos de sua articulação ao todo. Assim não é de modo algum indiferente falar de classe trabalhadora, classes trabalhadoras, classes populares, operariado, camadas de baixa renda, pobres, pobres e trabalhadores.

Definindo os pobres como os destituídos dos instrumentos que na sociedade capitalista conferem poder, riqueza e prestígio (p. 2 nota 2) torna-se necessário também construir a realidade da pobreza (p. 23) acrescentando-lhe uma dimensão social e simbólica. Assim fazem

do Sartre traz para o cerne da discussão um outro conjunto de questões não menos complexo em que precisa por exemplo desembaraçar-se dos desdobramentos que a teoria da marginalidade apresenta. Categoria carregada de conotações exorcizada por muito tempo pela contundência da crítica e elaboração de Oscar Lewis encontra uma série de dificuldades para ser incorporada pelo discurso das ciências sociais. Tem sido recentemente eleita por alguns antropólogos no Brasil fundamentalmente por ser uma categoria de auto-referência, tendo enorme potencial significacional e constituindo-se numa das importantes dimensões da identidade social que tem na categoria **trabalhador** outra destas dimensões num processo bem dissecado por Zaluar⁶. Na perspectiva de Sartre colocar-se no mundo como pobre significa inserir-se numa totalidade concebida a partir dos valores tradicionais da sociedade brasileira que se expressam em **padrões tradicionais de relações sociais** de modo algum vistos como sobre vivências de um mundo rural. No meio urbano contudo este mundo **tradicional** se enreda constantemente com **valores modernos** atuando ao mesmo tempo neste caso específico expressando-se basicamente em termos do valor individualista da mobilidade social. O projeto de **subir na vida** tema frequente registrado nas etnografias e que assume destaque no material elaborado pela autora e compreendido como a *leitura que fazem da ordem capitalista cuja realização entretanto é vivida e interpretada dentro dos padrões estabelecidos pela rede de obrigações que constitui a família*. Em suma para os pobres não é um projeto para que os **indivíduos melhorem de vida** mas para que a família o faça. Sob esta perspectiva situam-se na confluência de duas lógicas e dois sistemas de valores distintos, estruturados e tecidos pela sua própria vida.

Na ênfase da definição como pobres e trabalhadores Sartre propõe o aprofundamento do diálogo entre as categorias já processadas

⁶ Um dos livros de Zaluar (*A Máquina e a Revolta* São Paulo Brasiliense 1985) constitui-se num marco fundamental nesta reflexão na antropologia brasileira. Delma Pessanha Neves com quem trabalhei num projeto integrado em andamento vem também explorando os significados da pobreza no interior de um recorte analítico preciso que nomeou como o **campo institucional da caridade** através do qual demonstra a construção social dos **pobres** na sua relação com as representações que norteiam a atuação dos agentes redistribuidores de recursos.

nas análises sociológicas – e como tal intervindo também no mundo – e as categorias que expressam as visões de mundo que interessa investigar

“Ao referir-se aos trabalhadores pobres as ciências sociais englobaram a categoria pobre na de trabalhador desconsiderando que a auto-imagem de pobres e trabalhadores envolve um modo particular de se colocar no mundo social. Elidindo o conectivo deixou-se de ver que o universo do trabalho para os pobres se constitui na articulação e no entrelaçamento dessas duas categorias que mostram que a moral do trabalho se fundamenta em duas referências distintas: a da lógica do trabalho sob o capital que os faz trabalhadores e a de uma lógica não capitalista mas hierárquica e tradicional que os faz pobres (p. 87)

Pode-se assim adentrar por outra via no texto através da ligação agora vislumbrada entre a moral baseada na reciprocidade produzida, reproduzida e atualizada primordialmente no interior das relações familiares e de parentesco dos **pobres e trabalhadores** e uma ordem hierárquica e tradicional produzida historicamente na sociedade brasileira que é exatamente o que os define e localiza como pobres. Neste ponto tornam-se fundamentais as elaborações de alguns autores, principalmente de Da Matta, cuja formulação do que denominou o **dilema brasileiro** é central na argumentação. No modo como e aqui re-trabalhada tal formulação dentro do objeto específico eleito pela autora trata-se de compreender os processos através dos quais os **desfituados** vivem e dão sentido a sua vida numa sociedade que por um lado faz operar um código da modernidade do individualismo e da igualdade que é diluído por outro lado pela atuação de um código hierárquico e tradicional expressado na valorização das rela-

ções pessoais e configurado nos favores nos jeitinhos no clientelismo na dependência e na interdependência de todas as formas. Na moral da reciprocidade característica da **família pobre** temos então como expresso no título dos curtos comentários finais **o Brasil como ele é**

“Ter a família como referência simbólica significa privilegiar a ordem moral sobre a ordem legal: a palavra empenhada sobre o contrato escrito, o costume sobre a lei, o código de honra sobre as exigências universais de cidadania julgando e avaliando o mundo social com base em critérios pessoais dos quais decorre a dificuldade de estabelecer critérios morais universalistas (p. 111)

Em que pese a necessidade de discutir mais adequadamente o amplo quadro teórico em que Sarti se coloca, tarefa impossível de realizar nos limites de uma resenha, espero ter tornado evidente a importância de sua contribuição. A partir do que poderíamos chamar de **abrasileiramento** de uma das temáticas mais produtivas da antropologia atual que opera com a oposição básica entre **valores tradicionais** e **valores modernos**, intensamente explorada por exemplo por autores como Dumont, a rede familiar e de parentesco que sustenta e controla os trabalhadores e pobres e erigida como locus de processamento e apropriação de valores que lhe são impostos sustentando sua visão de mundo e seu ser transformando-se como diz a autora numa “questão ontológica para os pobres (p. 33). Estou segura de estar diante de um texto que se transformara a partir de agora numa das referências obrigatórias de todos os que recortam seus objetos no mesmo campo de debates.

SIMONI LAHUD GUEDES ■

Acomodação e mesmice do livro didático

Igualdade na Escola: preconceitos sexuais na educação

TOSCANO Moema

Rio de Janeiro: CEDIM, 1995

Nas últimas duas décadas intensificaram-se os estudos e as pesquisas sobre o livro didático no Brasil, particularmente na Região Sudeste, com destaque para o eixo Rio-São Paulo, onde se concentra a maior fração desse acervo de conhecimento. Duas grandes categorias de análises são habitualmente empreendidas pe-

los pesquisadores nessa tarefa. De um lado as dedicadas a deslindar a fundamentação pedagógica, psicológica, linguística e semiológica dos textos e de outro aquelas voltadas para o desvelamento dos valores, preconceitos e concepções ideológicas neles presentes.

O livro de Moema Toscano inscreve-se no segundo grupo, ao buscar atar em hora oportuna as duas questões candentes do cotidiano escolar brasileiro: os estereótipos sexistas vigentes na educação e as vicissitudes do livro didático. Na verdade, e útil registrar, as aludidas questões constituem-se em temas/problemas que ultrapassam as fronteiras nacionais e debruçam-se sobre a realidade mesma dos países ditos de Primeiro Mundo.

Autoridade em ambas as matérias, posição conquistada tanto pela sua ativa militância feminista quanto pelos longos anos dedicados às atividades de ensino e pesquisa, Moema reúne os atributos necessários ao repto a que se propõe.

A obra em tela resulta da pesquisa coordenada pela autora no âmbito do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM), onde atua como membro do Conselho Deliberativo e integra a Comissão de Educação. Esses elementos conferem ao trabalho a marca distintiva da amalgama que funde o pesquisador ao seu objeto de estudo, o que de partida já o identifica por um profundo compromisso com a ação.

Ao assinalar a persistência de lacunas no conhecimento quanto aos possíveis preconceitos em vigor nos textos escolares, a autora realiza a leitura crítica de uma amostra composta por 49 exemplares de livros didáticos adotados no 1º Grau das escolas da rede pública, aí incluídas as cartilhas de alfabetização. Tal leitura orienta-se por questões previamente delimitadas, busca explorar não apenas o **texto** — a linguagem utilizada pelas(as) autores(as) — mas ainda as **imagens** — as ilustrações presentes — como reforçadoras das mensagens veiculadas por esse material.

Com 107 páginas textuais, o volume é dividido em três partes, além da Introdução. O (a) leitor (a) encontrará na primeira delas a definição do problema estudado, em que são esclarecidos os critérios indicadores da existência ou não de discriminação entendida pela autora como "a presença de um tratamento diferente e injusto que encontra sua justificativa no fato simples de não ser reconhecida a igualdade de direitos entre homens e mulheres de um mesmo grupo social" (p. 23). Nessa seção pode-se também acompanhar o percurso histórico

dos principais estudos voltados para a questão dos preconceitos contra a mulher na educação no Brasil, ladeado dos marcos relativos à evolução das próprias abordagens emprestadas ao tema ao longo desse trajeto. Nessa última investida e confendo destaque a teoria da reprodução de Bourdieu e Passeron, que ao denunciar o papel da escola de reproduzir as relações sociais vigentes, teria aparelhado o movimento feminista com um instrumental teórico capaz de fornecer explicações às resistências encontradas na luta pela superação das desigualdades entre homens e mulheres nas democracias de modelo liberal.

Não se trata de obviedades o que Moema tenta explorar em sua pesquisa, ou seja, expressões mais abertamente sexistas presentes nos livros didáticos, mas sim de avançar em áreas ainda pouco estudadas, ademais de captar nos seus autores manifestações que apontem a persistência (ou não) da recusa em incorporar nos textos utilizados na escola os avanços já registrados no País relativos à questão da mulher.

Os ranços ideológicos da cultura tradicional fazem-se ainda hoje presentes nessas manifestações? Como os autores percebem as mudanças já operadas nos anos mais recentes em relação à questão de gênero, como trabalham com os (pre)conceitos a ela vinculados? Como o livro didático deve ser incorporado como agente de mudança social? São esses os eixos centrais a dinamizarem o desenvolvimento do estudo. Em concomitância, o intuito de desbravar novos terrenos leva a autora a incluir no rol das suas explorações tópicos atuais como ecologia, esporte, atletismo e atividades físicas, as sim como os novos papéis da mulher na organização social e política da sociedade.

A conjugação desses elementos irá constituir a tessitura da segunda parte da obra, que se dedica ao relato da pesquisa em que a autora procura desvendar o cotidiano na sala de aula por meio da linguagem presente nos textos didáticos, verificar a paridade existente entre figuras masculinas e femininas nas ilustrações e na divisão dos papéis sociais entre homens e mulheres. Desse interesse derivam títulos de seções bem humoradas que exploram preconceitos arraigados à figura feminina, como: "Por que menina tem medo de barata?", "Jogo esporte e atletismo, menina não entra!"

Nesse momento do livro, desvendando o cotidiano na sala de aula, e dado a conhecer ao leitor ser habitual nos textos didáticos, o uso de palavras do gênero masculino para referir-se a conjunto como povos, população e humani-

dade fato para o qual contribuem as regras gramaticais da língua portuguesa (e os preconceitos remanescentes?) de outro lado a sociedade indigena brasileira (com seu folclore e lendas) e povoada de figuras masculinas sendo rara a menção as femininas. Nesse contexto relata a autora até ilustrações inspiradas em figuras indigenas privilegiam o indio com um belo desenho de corpo inteiro. Enquanto isso a india vem cortada pela metade (p.49) Na **linguagem** utilizada os meninos aparecem como mais atuantes e socialmente mais significativos que as meninas assim como nas **ilustrações** fica evidente a superioridade que os autores conferem aos personagens masculinos. Por consequência mesmo nos livros que exibem tendência a um tratamento mais equânime entre meninos e meninas há marcante desequilíbrio entre o numero de vezes em que um e outro aparecem nas ilustrações com ampla margem de vantagem para os representantes do sexo masculino. Além do mais e ali recorrente a reprodução de imagens femininas estereotipadas quando se representa a figura tradicional da mulher lavando passando cozinhando ninando bebê penteando criança brincando de roda entre outras manifestações congêneres (não e incomum a discriminação em relação ao sexo feminino vir acoplada a racial). Enquanto isso a figura masculina esta ligada a aventuras a atos de coragem ao mundo do trabalho produtivo e assim por diante. Quando os livros tratam da organização social e politica e regra geral a apresentação no masculino de autoridades como prefeitos vereadores juizes delegados etc. Na representação dos autores atividades de maior prestigio social estão invariavelmente associadas a figura masculina. Raras vezes pode-se observar a inversão dos papeis tradicionais desempenhados por homens e mulheres assim como detectar se comportamentos rebeldes de uma ou outra menina ao manifestar a sua insatisfação com a sua condição feminina. Desse modo conquanto se registre em alguns autores a preocupação em promover mudanças na abordagem tradicional da relação homem/mulher na sociedade grande parcela deles entretanto retem a visão conservadora de decadas passadas quando formas alternativas nessa relação eram inimagináveis.

Continuando a desvendar o cotidiano na sala de aula o tratamento da questão ecológica e apresentado pelos autores de forma convencional e ainda carece de maior criatividade. Nessa seara o registro da participação da mulher na luta pela preservação da natureza ainda

se mostra incipiente. Já as historicas fobias femininas por baratas aranhas ratos e morcegos são continuamente reforçadas em cartilhas de alfabetização e nos demais textos escolares em que comportamentos anacrônicos são estimulados nas meninas sendo mesmo tomados como desejavel expressão de feminilidade. A situação na area do esporte e do atletismo não se diferencia muito das anteriormente exploradas permanece a resistência a aceitação da pratica esportiva feminina. Assim enquanto Mauro tem um carro Ele corre na rua com o carro Fabiana colocou uma fita no cabelo do bebê (p.73) Como exceção aparecem exemplos de meninas/mulheres atletas como decorrencia da necessidade da utilização do substantivo **atleta** como exemplo de nome comum de dois.

Partindo do reconhecimento da persistência de visões estereotipadas dos papeis masculinos e femininos ainda arraigadas nos livros didaticos o estudo firma Compromissos para a igualdade como estrategia para a reversão desse quadro um desafio a ser estendido a todo o movimento organizado de mulheres com abrangência na esfera da administração publica das redes feministas institucionalizadas e das organizações não governamentais. Teoria e ação compõem o arsenal dessa batalha. No campo teorico o avanço dando se pelo desenvolvimento de estudos e pesquisas com foco na questão educacional na perspectiva de gênero a ação concretizando se pelo encaminhamento de um programa voltado para a pratica cotidiana nas instituições escolares o qual ele ge como grupos alvo profissionais da educação alunos sindicatos da area grupos organizados de pais e professores autores e editoras de livros didaticos.

Ponto alto do estudo e oportunidade que aguça o interesse do (a) leitor (a) os Compromissos um detalhado plano de ação a envolver uma multiplicidade de atuações como debates informações seminarios campanhas diagnosticas mobilizações concursos entre outras fazem se acompanhar das Determinações Gerais referentes ao fim das discriminações de gênero na sociedade ai arrolados pontos da Convenção aprovada pela Organização das Nações Unidas em 1979 e artigos da Constituição Federal (1988) da Constituição Estadual do Rio de Janeiro (1989) e da Lei Orgânica do Municipio do Rio de Janeiro (1980). Finalmente fechando a obra a autora inclui o Programa do Curso Discriminação Sexual na Escola por uma educação sem preconceito. Essa composição formal do livro já atua como clara sinalização da

continuidade do trabalho do CEDIM no tocante ao combate à educação diferenciada nas escolas de primeiro e segundo graus do Estado do Rio de Janeiro

Em *Igualdade na Escola* preconceitos sexuais na educação. Moema Toscano reitera a sua prática e esforça-se por interligar pesquisa e ação ao delinear políticas para a área no decorso do trabalho. Nessa perspectiva a obra é pontuada de recomendações ao final de cada uma das seções que integram o relato da pesquisa. Na raiz, o livro é uma plataforma feminista o que leva a autora a conduzir o leitor pela mão ao encontro dos seus anseios de eliminação dos preconceitos veiculados pelos livros didáticos por intermédio de suas mensagens diretas ou subliminares.

De outra parte o livro vem encorpar o coro de vozes insatisfeito com as mazelas dos textos didáticos manuseados nas escolas brasileiras. No conjunto da obra sobressai-se a vertente dos preconceitos e dos estereótipos sexistas no tocante a figura feminina neles representada sem no entanto deixar escapar as já reconhecidas deficiências formais e de conteúdo ali subsistentes. Ao mesmo tempo Moema explora de maneira oportuna agradável e bem humorada um tema que está na ordem do dia das discussões acadêmicas e da agenda governamental.

As vicissitudes do livro didático postas em evidência pelos inúmeros pesquisadores que se vêm debruçando sobre a matéria assumem proporções nacionais com o recente episódio amplamente divulgado pela mídia da desaprovação de 339 livros escolares avaliados pelo Ministério da Educação por conterem erros conceituais e preconceitos contra minorias. Com essa medida esses livros deixam de integrar o catálogo da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) que tem sob sua responsabilidade a compra e a distribuição desse material fato que os impede de serem utilizados pelas escolas públicas. Um dos critérios adotados para desaprovar os livros foi justamente a sua desatualização, uma das críticas recorrentes a eles dirigidas pelos estudiosos. No contexto brasileiro o trabalho de Osman Lins que analisa livros-textos de 1965 já denuncia a sua distância quanto aos problemas da realidade cotidiana do povo brasileiro¹ no plano internacional o paradigmático estudo semiológico de Marisa Bonazzi e Umberto Eco, além de emprestar ênfase

se ao caráter arcaico desses materiais a ele associada a sua face misticizadora da realidade. Os livros de leitura contam mentiras educam os jovens para uma falsa realidade enchem sua cabeça com lugares comuns com coisas chãs com atitudes não críticas" ajuizam os autores² (p. 16)

O ensaio de Moema Toscano vem exatamente reforçar essa dimensão quando identifica a existência de um descompasso entre os avanços já alcançados na sociedade no que concerne as conquistas femininas no campo dos direitos civis, da legislação trabalhista e no domínio profissional e a realidade retratada nos textos didáticos (e por que não na educação brasileira?). Aqui persiste uma visão androcêntrica do mundo em que a mulher é sistematicamente excluída do espaço público e trancafiada na vida doméstica do lar. Nessa perspectiva ela é percebida como um ser político de segunda classe e para a qual ainda não se acena com o papel de agente transformador da sociedade. Portanto a despeito da equidade verificada no tratamento entre homens e mulheres em determinadas coleções de livros das diferentes áreas de conhecimento essas manifestações entre os autores, além de constituírem-se em exceções não representam na verdade uma atitude deliberada de combate ao sexismo nos textos escolares.

Da totalidade da obra algumas anotações sobre as vertentes do sexismo e do livro didático, elementos integrantes do conjunto do estudo, parecem oportunas. Ao longo da narrativa um amplo leque de informações sobre as questões feministas, sua história e corpóreo e lançado pela autora, no entanto parece persistir uma lacuna no tratamento da matéria do livro didático imbricada no contexto em que ele é engendrado. Nesse sentido deixa-se de conhecer as intricadas cadeias de relações que regem a produção, a comercialização e o consumo desses textos escolares entre nós. Esse circuito alimenta-se de um círculo vicioso em que a produção desses materiais e controlada por um número restrito de menos de 10 editoras que fermentam os lobbies junto aos órgãos estatais responsáveis e que controlam mais de 92% da produção consumida pelo Estado. Tendo portanto o Governo como o seu grande mercado consumidor, portanto financiador da produção, o complexo editorial privado configura-se como um investimento pra

¹ FREITAG et alii. *O Livro Didático em Questão*. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1989.

² BONAZZI, Marisa e ECO, Umberto. *Mentiras que Parecem Verdades*. São Paulo: Summus, 1980.

ficamente sem riscos. Tal particularidade pode em certa medida explicar o alto grau de uniformidade e de unidimensionalidade verificada nos textos escolares: uma vez que cabe ao Estado grande parcela da responsabilidade no processo decisório relativo ao conteúdo e ao uso desses materiais. Dessa forma, as editoras tenderam a atender as expectativas de seu principal consumidor e findariam por orientar a formulação dos conteúdos em termos de currículos mínimos oficiais. Com um mercado assegurado, a acomodação e a mesmice propendem a instalar-se, o que redundou em editoras estreitamente coladas a tais diretrizes curriculares gerais e resulta em pouca variabilidade na oferta dos produtos (inter e intra editoras). Nesse contexto, o Estado assume simultaneamente as características de regulador do mercado, de investidor e de consumidor. Essa feição altamente centralizadora do Estado, com referência ao livro didático, tem ainda implicações sobre o seu uso no final da linha, quando se constata que ponderavel parcela dos professores não escolhe os próprios livros por ele utilizados, ao estar essa tarefa ao encargo das delegacias regionais, das secretarias de educação e quando muito, das diretoras de escolas. Feitas essas constatações, é difícil concordar com a excessiva carga de responsabilidade que habitualmente se atribui à escola e ao professor (em grande extensão detentor de baixa qualificação) na disseminação de padrões conservadores e estereotipados no espaço escolar, mormente quando não se articula ao conjunto das análises o contexto mais amplo que o abarca.

Tendo-se em conta que o estudo pretende atuar sobre essa realidade e considerando-se que o livro didático se constrói dentro de um contexto cultural e político, o fato de minimizar essa dimensão reduz a capacidade de entendimento da participação, mesma dos diversos atores, na direção da ação desejada (não seria o caso da inclusão de novos atores no cenário?). Conquanto a autora não desconheça a presença e o peso das editoras nesse jogo de interesses do livro didático, uma vez que as arrola em seu programa de ação, já referido, a ausência de contextualização não deixa de ser sentida.

O resultado final da obra passa a impressionar de um certo desequilíbrio entre o compromisso com a ação e a pesquisa propriamente dita sobre o livro didático. Em outras palavras, o

ponto forte do trabalho de Moema, a sua inegável capacidade de alinhar com maestria propostas de intervenção na área, revela ao mesmo tempo o seu calcanhar de Aquiles. Ao término da leitura, persiste a expectativa por algo mais no tratamento analítico dos textos didáticos privilegiados na exploração dos novos filões por ela apontados como carentes de pesquisas, em que se sobreleva o caso da ecologia, o qual denota descaramento dos exemplos pinçados pela autora em relação ao ponto de vista ecológico tratado (talvez por deficiência de abordagem dos próprios livros didáticos?). Em adição, a presença de um nítido fio metodológico condutor, que permitisse maior interação e diálogo do pesquisador com as suas fontes, atribuiria maior força interpretativa às análises e evitaria, em certos trechos, o relato redundante da proporção de vezes em que meninas e meninos surgem nas ilustrações do material consultado.

Por ora, alguns desafios permanecem: talvez caiba a (aos) pesquisadoras(es) da educação e das questões feministas empenhar-se em apurar o grau de repercussão dessas mensagens levadas pelos livros didáticos aos seus destinatários, os alunos, e que uso fazem desses textos as (os) professoras (es) no cotidiano da sala de aula. Qual o alcance dessas mensagens, serão elas efetivas ou não? Como e em que medida repercutem elas no imaginário das crianças e jovens brasileiros?

Cumpre salientar que as observações efetuadas no espaço desta resenha não reduzem o mérito da iniciativa de Moema Toscano, cujo esforço acadêmico significa um mergulho nas imagens preconceituosas disseminadas nos livros didáticos e nas deficiências de forma e de conteúdo ali evidenciadas. Isso sem mencionar o profundo espírito coletivo e o sentido de aglutinação de forças que a ele subjaz na superação desses obstáculos rumo à plena democratização da escola. Ao contrário, o seu estudo vem exatamente reforçar a necessidade de que esse objeto de análise seja focado e perscrutado com maior frequência e intensidade para que melhor se adentre na compreensão dessa realidade. Como reflete a própria autora, somente se transforma aquilo que se conhece.

LIZETE CASTRO PEREIRA NUNES ■